

FALAS DOS PARLAMENTOS

volume II

II Fórum de Mulheres Parlamentares do Brics

MESA DIRETORA DO CONGRESSO NACIONAL

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

PRESIDENTE

Deputado Altineu Côrtes

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Carlos Veras

1º SECRETÁRIO

Senador Confúcio Moura

2º SECRETÁRIO

Deputada Delegada Katarina

3ª SECRETÁRIA

Senador Laércio Oliveira

4º SECRETÁRIO

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Danilo Augusto Barboza de Aguiar

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA









BRICS

11º Fórum Parlamentar

FALAS DOS PARLAMENTOS

II Fórum de Mulheres Parlamentares do Brics

3 de junho de 2025

Congresso Nacional – Brasil

volume II

II Fórum de Mulheres Parlamentares do Brics

Brasília, 2025

SENADO FEDERAL



ORGANIZAÇÃO

Secretaria-Geral da Mesa

PREPARAÇÃO

Assessoria de Qualidade e Gestão da Informação Legislativa

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Diretor: Rafael André Vaz Chervenski

COORDENAÇÃO DE PRÉ-IMPRESSÃO

Coordenadora: Tatiana Nassif Derze

SERVIÇO DE FORMATAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL

Chefes: Eduardo Franco, Leonardo Matoso e Rodrigo Ribeiro

Capa: Leonardo Matoso

Projeto gráfico: Erika Albuquerque e Bruna Chaibe (estagiária)

Diagramação: Erika Albuquerque

SERVIÇO DE REVISÃO

Chefes: Marco Aurélio Couto e Mariana Sanmartin

Revisão: Anderson Gonçalves e Mariana Sanmartin

SERVIÇO DE CONTROLE DE PRÉ-IMPRESSÃO

Chefes: Claudio Portella e Moisés Nazario

Revisão técnica: André Tavares de Souza

© Senado Federal, 2025

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

Agrupamento Brasil-Rússia Índia-China-África do Sul. Fórum

Parlamentar (11. : 2025 : Brasília, DF)

Falas dos parlamentos / organização: Secretaria-Geral da Mesa. –

Brasília : Senado Federal, 2025.

v. : il.

v. 2. II Fórum de Mulheres Parlamentares do Brics.

ISBN

1. Parlamento, Países do BRICS, 2025, discursos etc. 2. Relações interparlamentares, Países do BRICS, 2025, discursos etc. 3. Atuação parlamentar, Países do BRICS, 2025, discursos etc. I. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa, org. II. Título.

CDD 328

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Marinho da Silva— CRB-1 2102

Sumário

Apresentação	13
Nota de apresentação conjunta da Diretoria-Geral e do Secretário-Geral da Mesa	17
Apresentação da consultoria legislativa do Senado Federal.....	25
1ª SESSÃO <i>Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics: Mulheres na Era da Inteligência Artificial: Entre a proteção de Direitos e a Inclusão Feminina na Economia Digital</i>	29
2ª SESSÃO <i>Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics: Fortalecendo as Mulheres para enfrentar a Crise Climática: Perspectivas do Brics</i>	55
3ª SESSÃO <i>Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics: Construindo o futuro: as Mulheres Parlamentares e a Agenda Brics 2025</i>	81
Intercâmbio com NBD: Mulheres como agentes e beneficiárias de financiamentos.....	105
Encerramento.....	127
Declaração Final da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics	135
Índice Temático	139
Índice Onomástico	141





*FORTALECENDO A
COOPERAÇÃO GLOBAL*





Apresentação

Prezadas leitoras, prezados leitores,

Este livro contém a íntegra dos discursos proferidos durante o II Fórum de Mulheres Parlamentares do Brics, realizada no primeiro dia do 11º Fórum Parlamentar do Brics, que ocorreu entre os dias 3 e 5 de junho de 2025, em Brasília. O evento se deu durante a liderança do Brasil na presidência rotativa do bloco, que tem como lema "Fortalecendo a cooperação do Sul Global por uma governança mais inclusiva e sustentável".

Atualmente, o Brics conta com onze países membros (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia, Indonésia e Irã) e nove parceiros (Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Tailândia, Uganda, Uzbequistão, Nigéria e Turquia), que juntos representam uma fatia significativa da população, do comércio e do PIB globais.

Ouvir as vozes e a sabedoria feminina é, portanto, não uma cortesia, mas uma necessidade estratégica de um bloco que se posiciona como uma liderança no cenário geopolítico global. Se pretende fazer alguma diferença prática para os países integrantes, se almeja fortalecer as políticas públicas nacionais e os laços internacionais, o Brics necessita ampliar seus horizontes e diversificar suas perspectivas – e, nesse sentido, faz bem ao garantir a visibilidade das pautas e visões das mulheres parlamentares.

A presente obra integra uma série de três volumes, que, além deste, abrange os seguintes: um dedicado à Reunião dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores dos Paramentos do Brics – evento que ocorreu em paralelo a Reunião das Mulheres; o outro,

aos pronunciamentos feitos durante o evento principal do Fórum, nos dias seguintes.

As discussões da II Reunião de Mulheres abordaram questões cruciais e urgentes para a construção de respostas conjuntas aos principais desafios contemporâneos, analisadas sob a ótica do gênero feminino. Foram três sessões, denominadas "Mulheres na era da inteligência artificial: entre a proteção de direitos e a inclusão feminina na economia digital", "Fortalecendo as mulheres para enfrentar a crise climática", e "Construindo o futuro: mulheres parlamentares e a Agenda Brics 2025", além de um painel extra, com o tema "Intercâmbio com NBD: Mulheres como agentes e beneficiárias de financiamentos", que contou com a participação da Presidente Dilma Rousseff.

Dada sua inestimável relevância para a diplomacia parlamentar, alegra-nos que a Reunião de Mulheres tenha se firmado como evento fixo no calendário do Fórum Parlamentar do bloco. As brilhantes propostas e ideias surgidas do encontro serão enviadas para as cúpulas de Chefes de Estado, e reafirmam a força e a importância das mulheres para impulsionar as transformações estruturais que precisamos para a construção de um mundo mais justo, próspero e feliz para todos.

Convido as leitoras e os leitores a explorar os discursos a seguir transcritos, que oferecem não apenas excelentes análises dos desafios globais, mas também propostas ambiciosas e um convincente apelo à ação coordenada.

Presidente Senador Davi Alcolumbre







Nota de apresentação conjunta da Diretoria- Geral e do Secretário- Geral da Mesa

Prezadas leitoras, prezados leitores,

Este volume da Coleção de Discursos Oficiais do XI Fórum Parlamentar do BRICS é dedicado ao II Fórum de Mulheres Parlamentares do BRICS, realizado em 03 de junho de 2025. A publicação destaca o protagonismo feminino no cenário interparlamentar e convida à reflexão sobre a importância da equidade em todas as esferas.

O Fórum de Mulheres Parlamentares do BRICS reafirma o compromisso com a equidade como eixo transversal da agenda do BRICS, demonstrando que a perspectiva de gênero é indispensável para a construção de um futuro mais promissor.

Os discursos aqui reunidos exploram uma gama diversificada de assuntos, abordados em três sessões de trabalho e um painel extra. A primeira sessão, "Mulheres na Era da Inteligência Artificial: Entre a Proteção de Direitos e a Inclusão Feminina na Economia Digital", destacou a necessidade de usar a tecnologia para promover a inclusão e combater desigualdades, além de enfatizar a governança ética da IA e a urgência de marcos legais contra a violência de gênero digital.

A segunda sessão, "Fortalecendo as Mulheres para enfrentar a Crise Climática: Perspectivas do BRICS", ressaltou os efeitos desproporcionais das mudanças climáticas sobre mulheres vulneráveis e a rele-

vância da perspectiva de gênero nas políticas climáticas, defendendo a liderança feminina em projetos sustentáveis.

A terceira sessão, "Construindo o Futuro: Mulheres Parlamentares e a Agenda BRICS 2025", focou na participação das mulheres em espaços decisórios, transição ecológica, justiça racial, igualdade de gênero, combate à pobreza, educação inclusiva e equitativa, e fortalecimento da saúde da mulher.

O painel extra, "Intercâmbio com NBD: Mulheres como agentes e beneficiárias de financiamentos", promoveu o diálogo para ampliar o papel das mulheres no acesso a financiamentos, destacando o Novo Banco de Desenvolvimento como referência na promoção da inclusão feminina.

O sucesso do II Fórum de Mulheres Parlamentares, assim como de todo o XI Fórum Parlamentar do BRICS, é reflexo do trabalho dedicado e da expertise dos corpos técnicos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A capacidade de organização e o profissionalismo desses servidores foram essenciais para criar um ambiente propício à união, ao diálogo e à troca de experiências. Agradecemos a todos que contribuíram para este sucesso!

Esta publicação é um registro valioso das discussões que moldam o futuro das relações internacionais e da cooperação entre os países do BRICS. Estamos convictos de que as reflexões e propostas contidas neste volume vão inspirar novas iniciativas e fortalecer ainda mais a colaboração entre nossos parlamentos na construção de um mundo melhor para todas as pessoas.

Boa leitura.

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral do Senado Federal

DANILO AUGUSTO BARBOZA DE AGUIAR

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal







Apresentação da consultoria legislativa do Senado Federal

A 2ª Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics foi realizada em 3 de junho de 2025, em Brasília, no âmbito do 11º Fórum Parlamentar do Brics, e reuniu representantes do Brasil e dos seguintes países-membros e países parceiros: África do Sul, China, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Índia, Irã e Rússia. A Reunião teve como propósito reafirmar o papel estratégico das mulheres na construção de uma governança global mais inclusiva, democrática e sustentável e assegurar a inserção da perspectiva de gênero nas deliberações dos Parlamentos do Brics.

Na cerimônia de abertura, foram apontados os desafios impostos pela inteligência artificial (IA) e pelas mudanças climáticas para as mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Destacou-se, ainda, o papel da mulher na construção de soluções para esses desafios.

A primeira sessão de trabalho explorou o tema “Mulheres na Era da Inteligência Artificial: Proteção de Direitos e Inclusão na Economia Digital”. Destacou-se a necessidade de que a tecnologia seja utilizada como um instrumento para promover a inclusão e o enfrentamento das desigualdades. Além disso, enfatizou-se a importância de uma governança ética da IA, pautada na proteção das mulheres e dos direitos humanos.

Também foi apontada a urgência da formulação de marcos legais e da criação de mecanismos globais capazes de coibir a violência de gênero no ambiente digital. Discutiram-se a tipificação de crimes

virtuais contra mulheres e a responsabilização de plataformas digitais. Abordou-se, ainda, a sub-representação feminina nos campos da ciência e tecnologia, recomendando-se políticas públicas para incentivar a participação das mulheres no desenvolvimento tecnológico.

Na segunda sessão de trabalho, as parlamentares abordaram "Empoderamento Feminino diante da Crise Climática: Perspectivas do Brics". Ressaltou-se que as mudanças climáticas produzem efeitos desproporcionais sobre populações vulneráveis, enfatizando que mulheres, especialmente aquelas em áreas rurais e periféricas, indígenas, ribeirinhas e pobres, vivenciam de forma mais agravada as consequências da instabilidade ambiental, da escassez de recursos naturais e dos deslocamentos forçados.

Ademais, destacou-se a relevância da perspectiva de gênero nas políticas climáticas e defendeu-se a necessidade de lideranças femininas em projetos sustentáveis. Afirmou-se o papel dos Parlamentos na criação de marcos legais e na fiscalização de políticas públicas, com destaque para ações de financiamento, capacitação, acesso a recursos naturais, inovação tecnológica e fomento da participação das mulheres.

A terceira sessão de trabalho focou o tema "Construindo o Futuro: Mulheres Parlamentares e a Agenda Brics 2025". As parlamentares discutiram a participação das mulheres nos espaços decisórios nacionais e internacionais; a transição ecológica; a justiça racial; a igualdade de gênero; o enfrentamento à violência política; o combate à pobreza; a promoção de uma educação inclusiva e equitativa; a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas; o fortalecimento de medidas voltadas à saúde da mulher; e a criação de ambientes institucionais inclusivos como medidas necessárias para se alcançar uma representatividade efetiva.

O Brics foi reconhecido como plataforma estratégica para o desenvolvimento de iniciativas que promovam os direitos das mulheres e concretizem sua real inclusão em todos os setores da sociedade e em todos os níveis decisórios.

A Reunião contou, ainda, com um painel extra, que discutiu "Intercâmbio com o NBD: Mulheres como Agentes e Beneficiárias de Financiamento", a fim de promover o diálogo entre parlamentares, bancos de desenvolvimento e outras instituições, com o objetivo de fomentar

a ampliação do papel das mulheres como agentes e beneficiárias de financiamentos. Apresentadas as boas práticas adotadas pelas instituições convidadas, foi enfatizada a oportunidade que o Novo Banco de Desenvolvimento tem de posicionar-se como referência global na promoção de medidas pautadas na inclusão das mulheres.

Durante a cerimônia de encerramento, destacou-se a relevância dos debates realizados e reafirmou-se o compromisso das parlamentares com a promoção da igualdade, da justiça social e do desenvolvimento sustentável. A Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics evidenciou a colaboração entre os países do bloco e o papel decisivo da diplomacia parlamentar feminina na promoção de mudanças estruturais. Por fim, foi enfatizada a necessidade de sua institucionalização como evento anual, medida que também foi incluída na Declaração Final do Fórum Parlamentar.

Adrielle Fregate da Silva
Consultora Legislativa

Natália Fernanda Gomes Sobestiansky
Consultora Legislativa



II Fórum de Mulheres Parlamentares do Brics.
Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

1ª SESSÃO DE TRABALHO

***Reunião de Mulheres
Parlamentares do Brics***
**Mulheres na Era da
Inteligência Artificial:
Entre a proteção de Direitos
e a Inclusão Feminina na
Economia Digital**

"Vamos garantir que as mulheres Parlamentares não sejam meras observadoras da mudança tecnológica, mas arquitetas da sua direção".

SRA. SARA FALAKNAZ



DISCURSO DE ABERTURA DA 1ª SESSÃO DE TRABALHO

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT - DF) - Declaro aberta a Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics. Compõem a Mesa, com esta Presidência, a Sra. Deputada Federal Jack Rocha, Coordenadora-Geral da bancada feminina na Câmara dos Deputados, e a Sra. Embaixadora Maria Laura da Rocha, Ministra de Estado das Relações Exteriores substituta. Que honra estar ao lado das duas!

Senhoras e senhores, prezadas colegas Parlamentares, distintas autoridades e representantes das nações do Brics e países convidados, com grande honra, na condição de líder da bancada feminina do Senado Federal do Brasil, dou as mais calorosas boas-vindas a todas e todos que se reúnem hoje para a abertura da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics. Este é um momento especial e profundamente simbólico para todas nós.

Quero, antes de tudo, expressar minha profunda gratidão às delegações aqui presentes — representantes da China, Índia, África do Sul, Rússia, Emirados Árabes, Irã, Cuba e demais países convidados. A participação de vocês engrandece este evento e reafirma o nosso compromisso comum com uma governança mais inclusiva, sustentável e sensível às questões de gênero, atentando para a promoção dos direitos das mulheres nos mais diversos âmbitos da política, da economia e da vida pública.

É com imensa satisfação que recebemos esta reunião no ano em que o Brasil exerce a Presidência rotativa do Brics, sob o lema Fortalecendo a cooperação do Sul Global por uma governança mais inclusiva e sustentável. Essa agenda é clara. Não é possível falar em desenvolvimento sem igualdade de gênero, e não é possível avançar na cooperação internacional sem a escuta ativa das mulheres.

Este encontro de hoje vai além da troca de experiências, ele é um espaço para construir pontes sólidas entre os Parlamentos dos

países-membros, com o objetivo de acelerar políticas públicas que respondam aos desafios concretos enfrentados por todas as mulheres, em todo o planeta.

O programa que estruturamos está dividido em três sessões de trabalho, cada uma dedicada a um eixo estratégico de debate.

A primeira sessão, com o título "Mulheres na era da inteligência artificial: entre a proteção de direitos e a inclusão feminina na economia digital", propõe uma reflexão profunda sobre os riscos e as oportunidades trazidas pelas novas tecnologias. Sabemos que a inteligência artificial tem potencial para transformar nossas sociedades, desde que guiada por princípios éticos e inclusivos. No entanto, temos enfrentado cenários preocupantes: a automação de empregos impacta de forma desproporcional as mulheres, a perpetuação de estereótipos de gênero em algoritmos e o crescimento da violência digital, com a proliferação de *deepfake* e discursos de ódio contra as mulheres públicas, especialmente aquelas de minorias raciais e sociais. Esse debate é urgente e estratégico. É nossa responsabilidade garantir que as ferramentas digitais não reforcem as desigualdades, mas sirvam como instrumento de emancipação e inclusão.

A segunda sessão, por sua vez, se debruça sobre o tema "Fortalecendo as mulheres para enfrentar a crise climática: perspectivas do Brics". Trata-se de um tema vital. A emergência climática nos atinge de forma desigual, e as mulheres — especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade — estão entre as que mais são impactadas. Inundações, secas, insegurança alimentar e deslocamentos forçados impõem desafios humanitários que exigem respostas sensíveis à equidade de gênero. Nessa sessão, vamos discutir como as mulheres podem e devem ser protagonistas nas políticas de adaptação e mitigação, na liderança de uma economia de baixo carbono e na construção de estratégias climáticas que integrem justiça ambiental e justiça social.

Ainda teremos uma terceira sessão, dedicada à Agenda Brics 2025, com foco na participação ativa das mulheres Parlamentares na formulação das políticas públicas do nosso bloco. Trataremos de temas como saúde global, reforma do sistema multilateral de segurança, desenvolvimento institucional, comércio e finanças — tudo sob a pers-

pectiva de gênero. Queremos garantir que a voz das mulheres esteja no centro das decisões que moldarão o futuro do Brics e do Sul Global.

E, ao final da tarde, teremos ainda um momento igualmente relevante: o painel de intercâmbio com o Novo Banco de Desenvolvimento, com o tema "Mulheres como agentes e beneficiárias de financiamentos". Esse debate, com representantes de instituições financeiras e de desenvolvimento, abordará o acesso ao crédito e os mecanismos que podem facilitar o financiamento para mulheres — seja no empreendedorismo, seja na inovação, seja na agricultura, seja em projetos, é claro, de impacto social. A construção de uma economia mais justa passa necessariamente por garantir às mulheres acesso aos instrumentos de financiamento e, principalmente, de autonomia econômica.

Queridas colegas, esta reunião é, antes de tudo, uma declaração de intenções. Estamos aqui para construir um Brics com rosto feminino, que reconheça a pluralidade das nossas experiências e valorize o papel essencial das mulheres na formulação de soluções para os desafios do século XXI.

Desejo a todas e todos um excelente trabalho. Que esta reunião nos inspire, nos conecte e nos fortaleça!

Muito obrigada, e sejam todas e todos muito bem-vindos ao Congresso Nacional brasileiro. *(Palmas.)*

Convido para fazer uso da palavra a Sra. Deputada Federal Jack Rocha, que é Coordenadora-Geral da bancada feminina na Câmara dos Deputados.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sejam muito bem-vindas todas as pessoas aqui presentes, os nossos Senadores, as nossas Senadoras, os nossos Deputados, as nossas Deputadas, a equipe das duas Casas, Câmara e Senado, todos os servidores e servidoras que estão conosco neste momento.

O Brasil, ao assumir a Presidência do Brics neste ano, abraçou uma responsabilidade que transcende fronteiras ideológicas. Nosso lema — Fortalecendo a cooperação do Sul Global por uma governança mais inclusiva e sustentável — não é apenas uma declaração de intenções, é um compromisso firme com a transformação.

Esta reunião representa muito mais que um encontro protocolar. Desde sua primeira edição, em Nova Delhi, em 2016, este fórum se consolidou como uma plataforma vital para o fortalecimento das nossas vozes, da voz feminina na política internacional. Aqui não somos apenas representantes dos nossos países, somos agentes de mudanças e arquitetas de um presente e de um futuro mais justo.

A participação das mulheres nas decisões políticas não é uma cortesia — é uma necessidade estratégica. Nossa presença amplia horizontes, diversifica perspectivas e fortalece a qualidade das políticas públicas. Quando mulheres ocupam espaços de poder, as sociedades se beneficiam de soluções mais inclusivas e mais sustentáveis.

Hoje, é proposto o debate de três temas importantes, constantes nos painéis já citados pela nossa querida Senadora Leila: Fortalecendo as mulheres para enfrentar a crise climática; Mulheres na era da inteligência artificial: entre a proteção de direitos e a inclusão feminina na economia digital; e Construindo o futuro: as mulheres Parlamentares e a Agenda Brics 2025. Cada um desses pilares demanda nossa atenção e nossa experiência.

As mudanças ambientais não são neutras em termos de gênero. Mulheres, especialmente em comunidades vulneráveis, são desproporcionalmente afetadas por desastres naturais, crimes ambientais e escassez de recursos. Nossa responsabilidade é clara. Devemos garantir que as políticas climáticas integrem a perspectiva de gênero desde sua concepção. As mulheres não podem ser apenas beneficiárias das soluções ambientais — somos protagonistas na construção dessas respostas.

A inteligência artificial representa uma das maiores transformações de nossa era, mas sua evolução carrega riscos significativos para a igualdade de gênero. A sub-representação feminina nas equipes de desenvolvimento tecnológico não é mais uma questão de números, é um problema estrutural que limita a diversidade de perspectivas no design de soluções. Quando algoritmos são criados predominantemente por homens, reproduzem inconscientemente e conscientemente preconceitos e desigualdades históricas. Precisamos agir com urgência. A automação ameaça especialmente setores com alta concentração feminina, como serviços e educação. Nossa missão é garantir que a

revolução da IA seja inclusiva, e não excludente. Devemos promover a participação feminina na economia digital e assegurar que os benefícios tecnológicos sejam democraticamente distribuídos.

Convocamos todas para uma reflexão profunda e estratégica sobre o papel das mulheres Parlamentares na Agenda Brics 2025. Nossa responsabilidade transcende mandatos individuais. Estamos moldando estruturas que influenciarão gerações futuras.

A cooperação Sul-Sul representa uma alternativa poderosa aos modelos tradicionais de desenvolvimento. Os países do Brics, com suas economias dinâmicas e sociedades diversas, podem e devem liderar uma nova forma de governança global, uma governança que priorize a inclusão, a sustentabilidade, a justiça social e o protagonismo de todas as mulheres.

Senhoras e senhores, o compartilhamento de experiências entre Parlamentares dos países integrantes e parceiros do Brics não é apenas benéfico — é transformador. Cada uma de nós aqui presentes traz consigo histórias de luta, conquistas legislativas e inovações políticas. Essa riqueza de experiências, quando combinada, acelera o progresso em todos os nossos países.

Esta reunião não se encerrará apenas com belos discursos. Nosso objetivo é claro: consolidar entendimentos coletivos em um documento final conjunto que reafirme nossa unidade de propósito e que sirva de guia para as futuras ações. Queremos sair daqui com compromissos práticos, metas mensuráveis e estratégias colaborativas. O mundo espera resultados concretos de nossa cooperação. O Brics representa aproximadamente 48% da população mundial e 40% do PIB global. Nossa responsabilidade é proporcional a essa representatividade. Temos o poder e o dever de influenciar positivamente o destino de bilhões de pessoas em todo o planeta.

Que esta reunião seja lembrada não apenas como mais um encontro diplomático, mas como o momento em que mulheres Parlamentares unem forças para construir um futuro mais inclusivo e sustentável!

Que nossas deliberações sejam guiadas pela coragem, pela sabedoria e pela determinação!

Que nossa cooperação transcenda diferenças culturais e ideológicas, focando no que nos une: o compromisso com a justiça social e com o desenvolvimento humano!

Declaro oficialmente aberta esta Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics. Que nossos trabalhos sejam frutíferos e nossos resultados, transformadores!

Sigamos juntas em força, em luta, em espírito, mas, principalmente, em tudo aquilo que pode unir as mulheres em todo o mundo e transformar o nosso lugar em um lugar seguro para todas as mulheres.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Jack Rocha

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT - DF) - Convido agora para fazer uso da palavra a Sra. Embaixadora Maria Laura da Rocha, Ministra de Estado das Relações Exteriores substituta. Seja muito bem-vinda, Ministra!

A SRA. MARIA LAURA DA ROCHA - Exma. Deputada Jack Rocha, Coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados; Exma. Sra. Senadora Leila Barros, Líder da bancada feminina no Senado Federal; nas pessoas de V.Exas. cumprimento as demais Parlamentares brasileiras presentes.

Exmas. Parlamentares dos países-membros e parceiros do Brics, senhoras e senhores, é uma honra representar o Ministério das Relações Exteriores do Brasil neste importante encontro da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, promovido pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e pela Liderança da bancada feminina no Senado Federal.

Parabenizo as Deputadas e Senadoras pela organização desta reunião, que dá centralidade à participação das mulheres no enfrentamento dos desafios globais. Esta iniciativa comprova o permanente engajamento do Congresso Nacional.

Gostaria de recordar as recomendações da Carta de Alagoas, documento final da 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, realizada, em julho de 2024, em Maceió, durante a presidência brasileira do G20. A Carta de Alagoas, de iniciativa inédita das Parlamentares brasileiras aqui presentes, foi estruturada em três eixos principais: o aumento da participação das mulheres nas decisões políticas, o combate à crise climática e a promoção da igualdade de gênero e autonomia econômica das mulheres.

Estou certa de que esse importante documento servirá de referência para os debates da presente Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics e contribuirá para ampliar a articulação de mulheres Parlamentares de nossos respectivos países.

A realização desta Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics é um marco importante, pois reconhece o papel das mulheres como agentes políticas e protagonistas da transformação social e institucional em nossos países e se soma a outras frentes de articulação feminina no âmbito do Brics, como a Aliança Empresarial das Mulheres, que tem promovido o empreendedorismo e a inclusão econômica em áreas estratégicas.

Recebemos do Presidente Lula diretrizes claras quanto às prioridades da presidência brasileira do Brics, com ênfase na promoção de um agrupamento mais inclusivo, representativo e conectado às realidades de nossos povos. Alegro-me ver que essas prioridades estão refletidas no programa da presente reunião, Senadora Leila.

Ao falarmos de mudança do clima, estamos falando de justiça. As mulheres, especialmente nos países em desenvolvimento, são as primeiras afetadas por eventos extremos e as últimas a terem acesso a soluções. O Brics tem um papel a desempenhar na discussão sobre financiamento climático justo e acessível, com atenção especial às populações vulneráveis. O Brics também deve atuar para promover a igualdade de gênero nas estratégias de adaptação e mitigação e no reconhecimento do papel das mulheres na construção de sociedades mais saudáveis, sustentáveis e resilientes à mudança do clima.

No tema da inteligência artificial, aqui também mencionado pela Senadora e pela Deputada, é urgente que avancemos na regulação do uso de novas tecnologias, de forma que os avanços não reproduzam

nem aprofundem desigualdades de gênero, tampouco disseminem a misoginia e a violência de gênero. Precisamos também promover o acesso das mulheres à economia digital e à capacitação tecnológica, para que possam se beneficiar plenamente das oportunidades geradas pela transição digital.

Com esses desafios em mente, pretendemos adotar durante a cúpula do Rio de Janeiro, nos dias 6 e 7 de julho, uma declaração de líderes a respeito de financiamento climático e outra sobre a governança da inteligência artificial.

Por fim, ao pensarmos no futuro do Brics, é imperativo que construamos um agrupamento mais representativo, mais coeso e com capacidade real de ação e resposta aos desafios do nosso tempo. A voz da metade feminina da população mundial precisa estar no centro dessa construção. A inclusão de lideranças femininas em todos os níveis fortalece a legitimidade das decisões e amplia o horizonte das soluções.

Esta reunião entre Parlamentares mulheres sinaliza o tipo de liderança de que o mundo precisa: uma liderança com empatia, visão e coragem para transformar. Como nós todas e todos sabemos, a presença ativa de lideranças femininas nos espaços de decisão nacional e internacional é indispensável para construirmos soluções mais justas, sustentáveis e duradouras. Diante da persistente ameaça de retrocessos e da manutenção de altos índices de discriminação e violência política de gênero em diversos países, inclusive no nosso, defender as condições mínimas de respeito e de exercício dos direitos políticos das mulheres mais do que nunca demanda nossa atenção permanente e esforço conjunto contínuo.

É inspirador ver reunidas aqui Parlamentares mulheres dos diversos países que compõem o Brics, refletindo a diversidade, a força e o compromisso de nossas sociedades com uma agenda mais equitativa e transformadora. A atuação dessas lideranças é fundamental para dar concretude aos objetivos da nossa cooperação.

O Itamaraty segue à disposição para apoiar sempre essa articulação de mulheres Parlamentares e contribuir para que a presidência brasileira do Brics em 2025 seja lembrada por sua representatividade e por seus resultados concretos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Maria Laura

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT - DF) - Grata, Embaixadora Maria Laura.

Antes de encerrarmos esta sessão de abertura, eu quero agradecer a participação de todas e todos e esclarecer que, logo em seguida, iniciaremos a primeira sessão de trabalho, com o tema "Mulheres na era da inteligência artificial: entre a proteção de direitos e inclusão feminina na economia digital", que será conduzida pela Deputada Federal Delegada Katarina.

Esclareço também que, conforme foi informado na programação do evento, ao final do dia teremos o painel de intercâmbio com o NDB com o tema "Mulheres como agentes e beneficiárias de financiamentos".

As inscrições para o painel — eu quero passar para as colegas — estarão abertas ao longo do dia e podem ser realizadas diretamente com a servidora Thaisa Viana, que está na saída, ao fundo do nosso plenário. As colegas que quiserem se inscrever para o debate desse painel é só fazê-lo.

Eu vou encerrar agora. Vamos passar para o primeiro painel.

Muito obrigada a todas e a todos que estão conosco aqui neste dia de debate.

Bom dia. *(Palmas.)*

Declaro encerrada a sessão.



Assista ao discurso da sra. Leila Barros

A SRA. PRESIDENTE (Delegada Katarina. Bloco/PSD - SE) - Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 1ª Sessão de Trabalho da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics com o tema "Mulheres na era da inteligência artificial: entre a proteção de direitos e inclusão feminina na economia digital".

Estimadas colegas Parlamentares, senhoras e senhores, em 2025, a presidência brasileira do Brics estabeleceu como prioridades a promoção de uma governança ética da inteligência artificial e o fortalecimento da cooperação entre os países do bloco. A meta é usar essa tecnologia como uma ferramenta estratégica para enfrentar as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento sustentável.

A tecnologia é hoje uma das forças mais transformadoras do nosso tempo, com potencial para ampliar direitos, democratizar o acesso a oportunidades e fortalecer a participação das mulheres na vida pública. As ferramentas de IA e as plataformas on-line abriram novos espaços para articulação política, construção de redes, qualificação profissional e atuação social. No entanto, parte do potencial da tecnologia tem sido desperdiçada pela falta de uma perspectiva transversal de igualdade nos princípios de uma governança internacional de IA que assegure a proteção dos direitos humanos, das liberdades fundamentais, da segurança e da integridade de meninas e mulheres.

Há tempos a tecnologia vem sendo utilizada de maneira que aprofunde desigualdades, com impactos diretos sobre os direitos das mulheres. Diante do avanço acelerado da inteligência artificial, torna-se urgente a construção de uma governança digital robusta, capaz de prevenir a reprodução de formas mais sofisticadas de exclusão e violência.

Ao mesmo tempo, a revolução digital e o avanço da inteligência artificial estão acelerando mudanças no mercado de trabalho, mas aprofundando desigualdades em vez de corrigi-las. As mulheres seguem sub-representadas na economia digital, sobretudo nas áreas de ciência e tecnologia, o que limita seu acesso às novas oportunidades. E pior: tornam-se alvo de sistemas automatizados que perpetuam e amplificam desigualdades históricas, gerando impactos concretos em sua inclusão produtiva e em seus direitos.

Neste contexto, é imprescindível que os Parlamentos desempenhem um papel central na formulação de marcos legais para que o uso

da IA respeite os direitos humanos e para que os avanços tecnológicos promovam a inclusão feminina na economia digital.

Que o debate de hoje seja apenas o ponto de partida para uma mobilização contínua — em nossos Paramentos nacionais e também nas instâncias de cooperação multilateral. Só assim garantiremos um desenvolvimento equilibrado e sustentável da IA, promovendo a inclusão e a equidade.

Antes de passar a palavra aos oradores, é importante fazer alguns esclarecimentos.

Para organizar os trabalhos, cada orador poderá usar da palavra por até 5 minutos.

A fim de garantir o cumprimento da nossa agenda de eventos e a isonomia entre os representantes, o sistema de áudio desta sala de reunião está programado para soar o toque da campainha 30 segundos antes do fim do tempo do orador, como alerta para que se encaminhe à conclusão do seu discurso, sendo desligados os microfones após 5 minutos de uso da palavra.

Solicito também que todos falem de forma pausada, para que a tradução simultânea possa refletir os pronunciamentos com a máxima precisão.

Agradeço a compreensão e a cooperação de todos com essas regras necessárias para o bom andamento da sessão.

Agora, concedo a palavra, por 5 minutos, à Sra. Sara Falaknaz, membro do Parlamento dos Emirados Árabes Unidos.



Assista ao discurso da sra. Delegada Katarina



**SENHORA SARA MOHAMMAD
AMIN FALAKNAZ**



Membro do Parlamento dos Emirados
Árabes Unidos

Deputada do Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos desde 2019, Sara Falaknaz é formada em Administração e Finanças pela American University of Sharjah. Com experiência em inovação e liderança empresarial, atuou em cargos de destaque no setor público e privado, incluindo a DP World. Falaknaz também possui formação militar e é membro ativo de comitês parlamentares voltados para educação, cultura, juventude e segurança internacional.

Senhoras e senhores, é com grande prazer que hoje participo da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, sediada pelo estimado Parlamento do Brasil, na presidência do Brics em 2025.

A conversa de hoje reconhece uma verdade fundamental: a economia digital e a inteligência artificial não são neutras, nem em termos de gênero. De acordo com o Fórum Econômico Mundial, mulheres representam menos de 22% dos profissionais globalmente e apenas uma, em cada cinco autoras de publicações acadêmicas relacionadas à IA, é mulher.

Nos países do Brics, apesar do progresso notável, persiste lacuna estrutural no acesso das mulheres à infraestrutura digital e na representação em pesquisas. Além de serem sub-representadas nesse campo, as mulheres são cada vez mais alvos de ameaças digitais. Esses riscos estão crescendo e afetando mais mulheres e meninas do que homens. Como mulheres Parlamentares, carregamos uma responsabilidade única, nossas vozes devem garantir que o desenvolvimento da IA esteja ancorado na ética, na transparência e na dignidade humana e que reflita as diversas sociedades que representamos.

Nos Emirados Árabes, vemos a transformação digital como um poderoso catalisador para a igualdade de gênero. Nossa Estratégia

Nacional para o Empoderamento das Mulheres 2023-2031 prioriza explicitamente a liderança feminina em setores futuros, incluindo IA e o Programa Nacional para Codificadores.

Hoje, as mulheres representam mais de 56% dos graduados nos Emirados Árabes Unidos e constituem mais da metade da nossa força de trabalho no setor espacial. Esses esforços não visam apenas promover a inclusão, mas, também, proteger os direitos digitais e garantir acesso e oportunidade, com equidade.

Vamos garantir que as mulheres Parlamentares não sejam meras observadoras da mudança tecnológica, mas arquitetas da sua direção.

Obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Sara Falaknaz



SENHORA QIAN FANGLI

Membro do Parlamento da
China



Membro do Comitê de Assuntos Financeiros e Econômicos do Congresso Nacional do Povo da China, Qian Fangli participou da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics em 2025, destacando-se em debates sobre inclusão econômica e inovação digital.

Meu nome é Qian Fangli, representante do sistema da China.

É um grande prazer participar desta reunião do Brics. Esta reunião reflete o espírito da nossa era.

Eu gostaria de, nesta oportunidade, compartilhar algumas observações.

A primeira é sobre inovação digital nas carreiras. A tecnologia digital diminui as barreiras e traz ferramentas, como a inteligência artificial generativa, que ajudam as mulheres a melhorar suas capacidades e eficiências.

Mais de 47 milhões de mulheres estão contratadas em plataformas de comércio digital que dão suporte à família. Por exemplo, *streaming* na China, com 80% na plataforma Taobao; mais de 55% de todos os agentes de sistema de atendimento a clientes, os quais, nos últimos 5 anos, foram responsáveis por 54% dos comércios.

Promovemos produtos feitos na China e fora dela, aumentando o comércio digital e conectando diversos mercados digitais.

As mulheres não são só beneficiárias da economia digital, mas são corajosas e líderes, demonstrando suas habilidades na pesquisa e no mercado. As mulheres são mais da metade dos empresários de Internet e 45% dos trabalhadores de tecnologia.

Estou profundamente impressionada com as mulheres que fazem codificação. E não somente fazemos produtos na era de IA; fazemos produtos inteligentes para cuidados humanos, mostrando a vitalidade das mulheres na era digital.

Outra observação é sobre os desafios. A China ajuda nas carreiras... A inteligência artificial traz novos desafios, como a competição... E a China tem uma política de igualdade entre as mulheres, de proteção dos direitos das mulheres, de garantia clara dos direitos das mulheres.

Em comparação com 34 países do mundo... cria uma plataforma para as mulheres a fim de dividir as diferenças da China com o mundo. É algo diferente do mecanismo que sempre foi recomendado.

Promover a igualdade é uma contribuição importante da China à agenda, para criar uma nova imagem de inclusão.

Muito obrigada. (Palmas.)



Assista ao discurso da sra. Qian Fangli



SENHORA SHABARI BYREDDI

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento da Índia



Radiologista e política indiana, Dr. Byreddy Shabari foi eleita em 2024 para o 18º Lok Sabha pelo Telugu Desam Party (TDP), representando Nandyal, Andhra Pradesh. Graduada pela Dr. NTR University of Health Sciences, ela é diretora do Shivanta Medical Centre Pvt. Ltd. Em seu primeiro mandato, destaca-se por sua atuação em saúde pública, inclusão social e desenvolvimento regional.

Estimados colegas, eu estou muito feliz de fazer parte desta delegação, deste encontro e desta reunião para falar sobre um tópico que tem importância profunda na era da inteligência artificial.

A inteligência artificial foi concebida para exceder seu conceito original, mas tem impacto significativo atualmente, transformando a economia global, o cuidado de saúde, a interação social, a educação e o mercado de trabalho.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, 40% dos (falha na gravação) anos à frente, aumentando a produtividade. Ela também nos impõe riscos, se não cuidada propriamente, principalmente na questão de desigualdade de gênero.

Gosto muito da iniciativa dos governos que são... Isso é uma prioridade principal: garantir que a inteligência artificial sirva como ferramenta para diminuir as desigualdades. Mais pessoas no mundo estão acessando a Internet a cada ano. Existe um problema de lei, e 20% delas estão conectadas.

Um de três de (ininteligível) é solicitado. Existe um estudo também que diz que a (ininteligível) contra mulheres... 80% dos atores são mulheres na maior parte das conferências e também mais de 80% são homens. No nosso país, a gente as educa e encoraja para tomar parte no curso de mulheres... Vem tomando conta, mas no sistema de IA... E promover essa agenda de igualdade e também reduzir o (ininteligível),

principalmente em países... como recrutamento, também como educação, como sistema de saúde e decisões de segurança.

Também a gente introduziu na Índia um programa de IA, o KIN Care, cujos modelos são dados e que ajuda a detectar cedo e a monitorar doenças, principalmente nas mulheres.

A IA também, oficialmente, reduz os crimes no setor governamental.

Também a IA é usada para detectar os desastres naturais.

O governo da Índia vê isso como (ininteligível) a economia, acessando o *marketplace* e explorando oportunidades para promover o sistema das mulheres na IA, onde engenheiros graduados podem oferecer cursos, e as mulheres são encorajadas a fazer esses cursos.

Também já houve vários discursos, como no G-20, nas Nações Unidas, e na IPU.

A Índia tem mandado a IA para a plataforma, e ela tem (ininteligível) de 62%, comparada a 2016.

Vamos trabalhar isso juntos para potencializar a igualdade no mundo das mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



Assista ao discurso da sra. Shabari Byreddy



SENHOR MOSTAFA TAHERI

Membro do Parlamento do Irã



Deputado iraniano pelo círculo eleitoral de Zanjan e Tarom, Mostafa Taheri é membro da Comissão de Indústria e Minas do Parlamento do Irã. Engenheiro com doutorado em Análise Numérica Aplicada pela Universidade de Semnan, tem-se destacado em debates sobre desenvolvimento industrial, políticas econômicas e segurança energética. Foi o único homem a discursar na Reunião de Mulheres Parlamentares do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Senhoras e senhores, é motivo de grande satisfação estar hoje entre vocês para falar sobre um dos temas mais importantes e transformadores da era contemporânea: o papel das mulheres na era da inteligência artificial e da economia digital.

O mundo atual está em transformação sem precedentes, e as novas tecnologias, especialmente a inteligência artificial, estão alterando as estruturas econômicas, sociais, jurídicas e de entidades da sociedade em uma velocidade inédita. Nessa transição histórica, a pergunta fundamental é: qual é o papel das mulheres nessa transformação e como podemos garantir a sua participação igualitária e significativa na concepção de um futuro tecnológico e humano?

Estatísticas globais mostram que apenas 22% dos especialistas em IA em âmbito mundial são mulheres. Essa lacuna de gênero não é meramente (ininteligível) estatística; é um sinal de uma lacuna e de desequilíbrio na concepção, propriedade e controle dos algoritmos que impactarão o futuro da humanidade.

O desenvolvimento da infraestrutura de educação digital para meninas, o apoio direcionado ao empreendedorismo feminino e o acesso igualitário ao capital e ao mercado são passos fundamentais para a verdadeira participação das mulheres na economia digital.

Uma visão tecnológica do futuro sem a voz das mulheres será incompleta e desequilibrada. Precisamos construir um futuro em que

as mulheres não sejam apenas usuárias de aplicativos e de tecnologias, mas, sim, projetistas de algoritmos, arquitetas de políticas orientadas por dados triados por motores de busca e líderes em inteligência artificial.

A República Islâmica do Irã, com base em suas profundas crenças culturais e religiosas, sempre considerou o empoderamento das mulheres e a proteção de seus direitos no processo social e tecnológico uma necessidade inegável. A inteligência artificial e a economia digital são exceções a essa regra. A racionalidade e a visão de futuro exigem que, para aproveitar toda a capacidade humana e da sociedade, especialmente das mulheres, no campo da tecnologia, ofereçam-se soluções eficazes para proteger a sua posição.

Caros colegas, a República Islâmica do Irã, com o profundo entendimento da importância dessa área, desenvolveu e implementou programas extensos em vários níveis de políticas e de execução, com o objetivo de melhorar o *status* das mulheres e aumentar sua participação nos campos científico, econômico e tecnológico. Essas ações fazem parte de abordagem abrangente do Irã para elevar os indicadores de desenvolvimento humano, especialmente o empoderamento feminino.

Apesar das sanções injustas e das pressões externas, o Irã conseguiu se classificar como país com alto desenvolvimento humano na lista de 196 nações. Essa conquista é resultado de políticas centradas nas pessoas, no campo de justiça social e do fortalecimento do papel das mulheres.

Na visão do futuro, o Irã está determinado a aproveitar as novas tecnologias, especialmente a inteligência artificial, para desenvolver inovações científicas e proporcionar oportunidades iguais em educação, emprego e saúde para mulheres e meninas. Essas perspectivas, no contexto de realização de justiça social e desenvolvimento sustentável, ocupa lugar central na lei e nas políticas executivas do país.

A Assembleia Consultiva Islâmica do Irã priorizou a elevação do *status* de mulheres em áreas emergentes e está revisando propostas inovadoras para proteger os direitos das mulheres e facilitar a sua participação na economia digital. Essas iniciativas serão o prelúdio para um futuro equilibrado, inteligente e orientado para a justiça.

Nesse sentido, o Irã está totalmente preparado para o diálogo, a troca de experiências e a cooperação com os Parlametos dos países

dos Brics, a fim de eliminar barreiras legais e facilitar a presença das mulheres no campo da inteligência artificial.

Tenho certeza de que com vontade e determinação compartilhadas podemos transformar o Brics em um modelo global para a realização da justiça de gênero no campo de novas tecnologias.

A transformação digital, se ocorrer sem a participação ativa de mulheres, não será apenas injusta, mas também ineficaz. A participação e a igualdade das mulheres no desenvolvimento da tecnologia e da economia digital não é uma escolha, mas uma necessidade estratégica para um mundo sustentável e inovador.

Muito obrigado.



Assista ao discurso do sr. Mostafa Taheri



SENHORA IZA ARRUDA

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento do Brasil



Deputada federal por Pernambuco, Iza Arruda foi eleita em 2022 pelo MDB. Tem atuação voltada à defesa dos direitos das mulheres, juventude e inclusão social.

Excelentíssimas colegas e Sras. Parlamentares dos países do Brics, é uma honra dirigir-me a V.Exas.

Represento o Brasil na condição de Deputada Federal e de Coordenadora-Geral recém-eleita do Observatório Nacional da Mulher na Política.

Agradeço a oportunidade de debater um tema de vital importância: A Inteligência Artificial e os riscos de violência e exclusão para as mulheres.

Permitam-me começar ressaltando nossa persistente sub-representação política. No Congresso Nacional brasileiro, as mulheres ocupam apenas cerca de 18% das cadeiras, um percentual lamentavelmente baixo, inferior a um quinto do total. Porém, é bem verdade que a luta das mulheres brasileiras neste sentido não tem sido em vão. No final do século passado, em 1998, foram eleitas apenas 29 Deputadas federais, e hoje ocupamos 91 cadeiras.

Por outro lado, esses números, ainda que crescentes, ratificam a necessidade de intensificarmos a luta para ampliarmos a participação feminina na política brasileira, além de reconhecermos situação semelhante em diversos outros países.

A presença de mulheres na política esbarra em novos desafios impostos pela era digital. Observamos um aumento da violência política de gênero, sobretudo no ambiente on-line, potencializada pelo mau uso da inteligência artificial. Segundo uma pesquisa da Economist Intelligence Unit de 2021, de abrangência global, 85% das mulheres que a utilizam já testemunharam algum tipo de violência on-line. Entre as formas mais graves desse ataque digital maciço destaca-se a pornografia *deepfake*. Por meio de algoritmos avançados, vídeos e imagens pornográficas falsos podem ser criados inserindo o rosto de qualquer mulher em conteúdos sexuais não consensuais.

Diante desse cenário, o Brasil vem tomando medidas legislativas para enfrentar o problema.

Neste ano, aprovamos a Lei nº 15.123, de 2025, que agrava a pena para crimes de violência psicológica contra as mulheres, quando praticados com o uso de inteligência artificial ou de recursos tecnológicos que alterem a imagem ou a voz da vítima. Essa lei reforça que o universo digital não pode ser terra sem lei e que crimes praticados on-line têm que ser punidos com rigor.

Além disso, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 3.821, de 2024, que já foi aprovado aqui na Câmara, cujo texto torna crime a manipulação digital de imagens por inteligência artificial, com agra-

vantes para casos motivados por gênero ou contra candidaturas, em período eleitoral.

Então, entre as ações que podemos desenvolver conjuntamente, destaco: adotar entre os países do Brics diretrizes comuns para o desenvolvimento e o uso da inteligência artificial, incorporando as orientações das Recomendações sobre a Ética da Inteligência Artificial, da Unesco; estimular cada país a criar e aperfeiçoar leis que tipifiquem crimes de assédio e violência on-line contra as mulheres — são necessárias definições claras e penas adequadas para ataques virtualmente misóginos, incluindo os *deepfakes*, ameaças e divulgação não consensual de conteúdos íntimos. Podemos, ainda, acordar políticas comuns de transparência e de responsabilização das plataformas, cobrando mecanismos eficazes de denúncia e remoção de conteúdos misóginos.

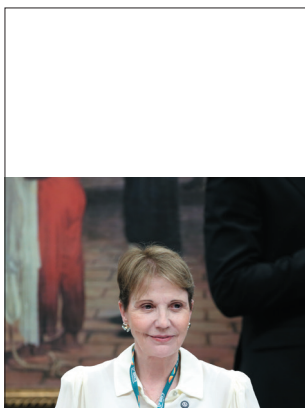
Caras colegas Parlamentares, ao propor essas medidas conjuntas dentro do Brics, eu o faço movida pelo objetivo de ratificar nosso compromisso comum: proteger os direitos das mulheres em todos os âmbitos.

Concluo pedindo a solidariedade de todas. Construamos, juntas, um diálogo permanente entre os nossos países. Sigamos adiante com responsabilidade e firmeza, para que as gerações futuras possam desfrutar de uma era da inteligência artificial pautada pela ética, pela equidade de gênero e pelo respeito à dignidade de todos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Iza Arruda



SENHORA TEREZA CRISTINA

Membro da Câmara Alta do
Parlamento do Brasil



Senadora pelo Mato Grosso do Sul desde 2023, Tereza Cristina é engenheira agrônoma formada pela Universidade Federal de Viçosa. Foi Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 2019 a 2022, período em que liderou políticas voltadas ao fortalecimento do agronegócio brasileiro. Antes, atuou como deputada federal e secretária de Desenvolvimento Agrário de seu estado. Atualmente, integra comissões estratégicas no Senado, como as de Agricultura, Meio Ambiente e Relações Exteriores.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Cumprimento as ilustres e os ilustres Parlamentares do Brics presentes a esta sessão. Para mim é uma honra participar desta reunião e trazer a voz do Brasil, um país onde a agricultura, a tecnologia, a sustentabilidade estão cada vez mais entrelaçadas e onde as mulheres, inclusive as do campo, não aceitam mais estar à margem das decisões que moldam o futuro.

É muito interessante ouvir as várias experiências dos diversos países que as Sras. Parlamentares e o Sr. Parlamentar colocaram aqui, para que possamos saber o que acontece nos países-membros do Brics.

Falo como Parlamentar, mas também como alguém que conhece a realidade do agronegócio por dentro. O Brasil é hoje uma potência agroambiental. Produzimos alimentos em escala global com responsabilidade, respeitando nossos biomas e adotando práticas que aliam produtividade com conservação. Somos líderes em sustentabilidade em suas três dimensões: ambiental, econômica e social.

Isso só foi possível porque abraçamos a inovação com pragmatismo. Não se trata de retórica: é tecnologia aplicada ao solo, à água, ao clima e, cada vez mais, aos dados. A chamada agricultura 4.0, com

sensores, drones, *big data* e inteligência artificial, já é uma realidade em milhares de propriedades, grandes e pequenas.

É justamente aqui que a pauta desta sessão se cruza com a nossa experiência concreta, porque não se trata apenas de proteger direitos no ambiente digital; trata-se de garantir que as mulheres tenham acesso real às ferramentas que moldarão a nova economia. Trata-se de assegurar que a tecnologia não seja um muro, mas uma ponte.

O Brasil tem feito sua parte. Temos programas de capacitação voltados para agricultoras familiares, cooperativas lideradas por mulheres e redes que conectam empreendedoras do campo ao mercado digital. Quando há acesso à informação, crédito e conectividade, a transformação com certeza acontece, e inclusive é liderada por elas.

Não se trata de assistencialismo. Trata-se de reconhecer a mulher como protagonista de seu próprio direito, como gestora de sua terra, da sua empresa, da sua tecnologia.

A inteligência artificial, nesse contexto, deve ser uma aliada, e não mais uma instância de exclusão. Por isso, acredito que o Brics tem uma oportunidade concreta de construir uma agenda comum de cooperação em inovação aplicada, com recorte de gênero que não vitimize, mas potencialize. Podemos criar um *hub* de inovação, unindo centros de pesquisa, plataformas de capacitação técnica e fundos de apoio à digitalização de produtores e produtoras nos nossos países.

Essa colaboração pode ser feita com base na troca de experiências, no uso compartilhado de tecnologias abertas e na articulação de redes de mulheres empreendedoras. Estamos falando de escala, impacto e desenvolvimento com inclusão.

Minhas colegas Parlamentares, a inteligência artificial não é neutra. Se a deixarmos seguir apenas as trilhas do mercado ou da lógica algorítmica, sem regulação e sem participação diversa, ela ampliará desigualdades. Mas, se agirmos juntas — com lucidez, pragmatismo e visão estratégica —, podemos transformar a IA num motor de equidade, produtividade, sustentabilidade e segurança alimentar.

O tempo é agora, e nós, mulheres do Brics, temos não só o direito, mas a responsabilidade de liderar esse processo. Muito obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Tereza Cristina



2ª Sessão de trabalho da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics.
Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado



2ª SESSÃO DE TRABALHO

Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics **Fortalecendo as Mulheres para enfrentar a Crise Climática: Perspectivas do Brics**

"Na Índia, a mulher é chamada de shakti, o que significa poder. Nós temos o poder de mudar e também de curar o mundo. As mulheres estão ligadas à natureza. Então, quando as mulheres estão envolvidas na promoção de energia limpa, agricultura sustentável e infraestrutura resiliente ao clima, a solução será muito eficaz e equitativa."

SRA. SHABARI BYREDDI



DISCURSO DE ABERTURA DA 2ª SESSÃO

SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. PL - AL) - Declaro aberta a 2ª Sessão de Trabalho da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, com o tema Fortalecendo as mulheres para enfrentar a crise climática: perspectivas do Brics.

Estimadas colegas Parlamentares, senhoras e senhores, em um mundo cada vez mais impactado pelas mudanças climáticas, o compromisso com o desenvolvimento sustentável tornou-se premissa fundadora de todas as nossas ações e políticas. Os países do Brics, pela sua magnitude demográfica, diversidade de biomas e significativo peso econômico, possuem responsabilidades e potencial incomparáveis na construção de soluções transformadoras para o equilíbrio ambiental e justiça social.

No centro dessa agenda, encontra-se a atuação das mulheres, agentes indispensáveis na promoção da sustentabilidade. A crise climática não afeta indivíduos da mesma maneira. Mulheres, especialmente nas regiões rurais, em comunidades ribeirinhas, indígenas e periferias urbanas, frequentemente vivenciam, de modo mais intenso, os efeitos da instabilidade ambiental, da escassez de recursos naturais e da migração forçada. No entanto, essas mulheres têm sido, tradicionalmente, liderança viva na defesa dos territórios.

A resiliência e a capacidade inovadora das mulheres têm sido decisivas em experiências de adaptação ao clima, conservação dos recursos naturais, segurança alimentar e construção de práticas sustentáveis e proteção dos territórios. Encarar o tema sob a ótica da justiça climática implica reconhecer que não basta enfrentar o aquecimento global. É preciso repensar estruturas sociais e econômicas, de modo a eliminar desigualdades de gênero e valorizar a potência transformadora da participação feminina na formulação de políticas ambientais. É fundamental que seus saberes e experiências de vida sejam reco-



nhecidos, fortalecidos e incluídos nos processos de tomada de decisão em todos os níveis.

Neste cenário, colocam-se desafios e responsabilidades para o Parlamento. Não podemos conceber políticas públicas de enfrentamento às mudanças climáticas que não estejam ancoradas em regulamentos sólidos, capazes de garantir financiamento adequado, recursos tecnológicos e equidade na distribuição de benefícios. Cabe ao Parlamento aprovar leis que, além de impulsionarem políticas climáticas e ambientais, incorporem de forma transversal o recorte de gênero nas ações climáticas, incentivando a liderança feminina nas negociações internacionais, direcionando recursos para projetos sustentáveis protagonizados por mulheres, promovendo sua capacitação técnica e garantindo igualdade de acesso a recursos naturais, financiamento e tecnologias verdes.

Cresce a compreensão em todo o planeta de que a justiça climática só se concretiza quando caminha lado a lado com a justiça de gênero. O papel da mulher Parlamentar do Brics é vital na construção desta nova arquitetura regulatória. Por meio de nossa atuação coletiva e articulada, podemos impulsionar agendas ousadas que fortaleçam a justiça climática, colocando as mulheres como protagonistas da transição ecológica. Somos compelidas a promover diretrizes legais avançadas, fiscalizar sua implementação e criar pactos entre países que assegurem uma sustentabilidade verdadeiramente humana, diversa e democrática. Juntas, temos o dever de transformar o desafio climático em oportunidade histórica de renovação política, ambiental e social para nossas nações.

Desejo que este debate se traduza em parcerias sólidas, programas inovadores e novos esforços legislativos. A centralidade das mulheres na luta pela sustentabilidade é um ativo insubstituível para garantir o futuro das próximas gerações dos países do Brics, com resiliência, inclusão, paz e justiça ecológica no centro das nossas decisões coletivas.

Antes de passar a palavra aos oradores, é importante fazer alguns esclarecimentos. Quero aqui, mais uma vez, cumprimentar cada um dos senhores e das senhoras dos vários países que compõem o Brics. E quero cumprimentar, em nome do Senado Federal, cada um

de vocês, especialmente as mulheres Parlamentares, neste evento tão importante, para que nós possamos juntas, de uma forma coletiva, trazer soluções para os problemas climáticos dos nossos países.

Para organização dos trabalhos, cada orador poderá usar da palavra por até 5 minutos. A fim de garantir o cumprimento da nossa agenda de eventos e a isonomia entre os representantes, o sistema de áudio desta sala de reunião está programado para soar o toque da campanha 30 segundos antes do fim do tempo do orador, como alerta para que se encaminhe para a conclusão do seu discurso, sendo desligados os microfones após 5 minutos de uso da palavra. Solicito também que todos falem de forma pausada, para que a tradução simultânea possa refletir os pronunciamentos com a máxima precisão. Agradeço a compreensão e a cooperação de todos com essas regras necessárias para o bom andamento da sessão.

Antes de passar a palavra à primeira oradora, reforço aqui o convite para aqueles que desejarem se inscrever para o painel Intercâmbio com NBD: mulheres como agentes e beneficiárias de financiamentos. As inscrições continuam abertas e podem ser realizadas diretamente com a servidora Thaisa, que se encontra próxima à saída ao fundo do plenário. Concedo a palavra, por 5 minutos, à Sra. Nqabisa Gantsho, membro da Câmara Baixa da África do Sul.



**SENHORA NQABISA
GANTSHO**



Membro da Câmara Baixa do Parlamento
da África do Sul

Deputada sul-africana pelo ANC desde 2019, Nqabisa Gantsho representa o Cabo Oriental na Assembleia Nacional. Reeleita em 2024, preside o Comitê de Portfólio sobre Florestas, Pesca e Meio Ambiente. Com diploma em Gestão de Marketing, atua ativamente na ANC Women's League.

Obrigada a todos. É um privilégio para mim e para o povo da África do Sul contribuir para este importante subtema das Parlamentares mulheres do Brics. Agradecemos a calorosa recepção no Brasil.

As mudanças climáticas são um desafio global urgente que exacerba os problemas ambientais, sociais e econômicos existentes e introduz novos desafios, como o aumento da frequência e da intensidade de inundações, incêndios florestais, ondas de calor e secas em várias partes do mundo, incluindo a África do Sul. Esses desafios induzidos pelas mudanças climáticas exacerbam a insegurança hídrica, a perda de colheitas, a insegurança alimentar e os riscos à saúde, resultando em danos à infraestrutura crítica e interrupções na provisão de serviços básicos.

Embora todos sintam esses impactos, as desigualdades subjacentes e as capacidades de enfrentamento desiguais deixam algumas populações mais vulneráveis. As mulheres correm um risco elevado devido a vários fatores. Elas são super-representadas entre os pobres, são altamente dependentes de recursos naturais para sua subsistência e, frequentemente, são excluídas dos processos de tomada de decisões sobre o meio ambiente. Isso geralmente leva as mulheres a sofrerem um impacto desproporcional, tanto nos desastres naturais quanto nos desastres causados pelo homem.

As Nações Unidas relatam que as mulheres têm 14 vezes mais probabilidade do que os homens de morrer em desastres naturais. Essas estatísticas resultam do acesso desigual a recursos essenciais. As mulheres, em particular em áreas rurais empobrecidas, frequentemente carecem de informação, tecnologia, habilidades, transporte, moradias seguras, posse de terra, empregos e renda estáveis, vitais para a vida diária e em situações de crise. Além disso, as mulheres cuidam principalmente de crianças, idosos e pessoas com deficiência, além de terem outras responsabilidades domésticas. Sem apoio físico e econômico suficiente, as mulheres são notavelmente mais vulneráveis aos impactos dos desastres. Ironicamente, as mulheres, apesar de serem as mais afetadas, lideram os esforços de recuperação no pós-desastre. Embora isso reflita nossa resiliência, adiciona um fardo significativo.

A perda de infraestrutura como casas, escolas e serviços de saúde, juntamente com a insegurança financeira, pode levar a consequên-

cias graves para mulheres e meninas. A falta de segurança e serviços aumenta a vulnerabilidade à violência de gênero, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada, casamento infantil e outras formas de abuso. Portanto, os países-membros do Brics devem adotar uma abordagem de gênero para a gestão de riscos de desastres para mitigar esse risco para as mulheres.

O Parlamento da África do Sul está supervisionando as iniciativas de adaptação às mudanças climáticas e de integração da perspectiva de gênero, visando incorporar a transversalização de gênero nos planos de adaptação e incluir as mulheres como tomadoras de decisão nos processos de mudanças climáticas. Os países-membros do Brics devem defender uma transversalização de gênero semelhante em todas as respostas às mudanças climáticas. Essas ações devem ser integradas ao planejamento do espaço e é preciso melhorar a disponibilidade de dados para monitorar e avaliar as intervenções.

Isso permitirá o estabelecimento e o crescimento de uma resposta climática inclusiva. Os países-membros do Brics contribuem significativamente para as emissões de gases de efeito estufa, impulsionando as mudanças climáticas que afetam desproporcionalmente as mulheres. Nossos parlamentos devem supervisionar a implementação de programas em linha com suas contribuições nacionalmente determinadas. Ao assumir a responsabilidade pelas emissões, devemos reforçar as responsabilidades comuns, mas diferenciadas no Acordo de Paris.

Ao concluir, Presidente, nossa jornada em direção a um futuro sustentável livre dos efeitos das mudanças climáticas depende de nossa capacidade coletiva de abordar o impacto desproporcional sobre as mulheres. Como nações do Brics, temos uma posição única para defender uma abordagem sensível a questões de gênero nas ações climáticas, priorizando a liderança das mulheres, garantindo sua participação equitativa na tomada de decisões e nos esforços de recuperação, e investindo em seu empoderamento econômico e social.

Não apenas protegemos os mais vulneráveis, mas também lideramos uma poderosa força para resiliência e inovação. Vamos nos comprometer com ações concretas que preencham a lacuna de gênero e a resposta climática, promovendo um ambiente em que as mulheres

não são apenas sobreviventes, mas arquitetas ativas de um mundo com justiça climática para todos.

Obrigada. (Palmas.)



Assista ao discurso da sr.a Ngabisa Gantsho



**SENHORA MARYAM
ABDOLLAHI**

Membro do Parlamento do Irã



Deputada iraniana por Mianeh na 12ª legislatura da Assembleia Consultiva Islâmica, Maryam Abdollahi está em seu primeiro mandato parlamentar. Nascida em 1982 na cidade de Mianeh, possui mestrado em Matemática Aplicada e é professora universitária. Foi eleita pelo estado do Azerbaijão Oriental com 21.469 votos. Atuou em cargos técnicos nos ministérios das Estradas e do Desenvolvimento Urbano e da Ciência, e presidiu o Conselho Nacional de Professores Convidados de universidades iranianas.

Em nome de Deus, o mais misericordioso, Excelências, senhoras e senhores, distintos participantes, inicialmente, eu gostaria de expressar a profunda gratidão da República Islâmica do Irã pela oportunidade de participar deste fórum. Hoje, o mundo enfrenta desafios sem precedentes, com a crise climática na vanguarda, ameaçando o meio ambiente, a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a dignidade humana. Nesse sentido, o papel das mulheres como pilares da família e da sociedade no enfrentamento desta crise é inegável e vital.

O Irã tem consistentemente enfatizado o empoderamento das mulheres, que constituem metade do capital humano da sociedade. Mulheres inspiradas pelo Islã não são apenas guardiãs de valores culturais e espirituais, mas também pioneiras da transformação nas esferas social e ambiental. Nesse sentido, o Irã, confiando em suas políticas nacionais e compromissos internacionais, tem tomado medidas eficazes para aumentar a participação e a liderança das mulheres no enfrentamento dos desafios relacionados ao clima.

A crise climática afeta desproporcionalmente as comunidades, particularmente mulheres e crianças. As mulheres estão na linha de frente desta crise devido à sua dependência diária dos recursos naturais para sua subsistência. Essas mulheres, baseando-se em conhecimentos ancestrais, criatividade e resiliência, podem oferecer soluções eficazes.

Reconhecendo essa realidade, a República Islâmica do Irã projetou e implementou programas nacionais abrangentes para empoderar as mulheres na governança ambiental e tem dado prioridade à educação e conscientização para aprimorar o conhecimento ecológico de mulheres e meninas. Por exemplo, em projetos de gestão da água em províncias áridas, a participação ativa das mulheres levou a ganhos de eficiência e economia de água de até 30%. Acreditamos firmemente que a educação é a pedra angular do empoderamento.

Mulheres educadas como líderes transformadoras podem conduzir comunidades a um futuro mais verde e resiliente. Os Brics podem facilitar a troca de experiência, a transferência de tecnologia e a capacitação. Empoderar as mulheres na governança climática salvaguarda o bem-estar das futuras gerações.

Isso exige, primeiramente, uma vontade política coesa, participação inclusiva e apoio internacional. O Irã tem empreendido esforços extensivos por meio de mecanismos governamentais e apoiando, principalmente, organizações da sociedade civil lideradas por mulheres para combater os efeitos adversos das mudanças climáticas e proteger o meio ambiente. Empoderar as mulheres para enfrentar a crise climática requer a superação de barreiras estruturais, tecnológicas e financeiras.

Sanções unilaterais e injustas contra o Irã restringiram nosso acesso a tecnologias verdes, financiamento internacional e colaboração científica, dificultando nossos esforços em direção ao desenvolvimento

sustentável e ao empoderamento das mulheres. Assim, pedimos à comunidade internacional e, em particular, aos países-membros do Brics que tomem medidas eficazes e unidas para remover tais obstáculos e estabelecer estruturas justas e impactantes para a cooperação.

Excelências, o Irã está pronto para expandir uma cooperação eficaz com os países-membros do Brics no empoderamento das mulheres e no enfrentamento da crise climática. Para esse fim, propomos a criação de um grupo de trabalho especial do Brics para apoiar as iniciativas ambientais das mulheres. Este órgão pode desempenhar um papel fundamental na facilitação da troca de tecnologia, financiamento de projetos verdes e fortalecimento do papel das mulheres na tomada de decisões ambientais.

Concluindo, eu gostaria de enfatizar que o empoderamento das mulheres não é apenas um imperativo moral e humanitário, mas também uma estratégia sábia para construir um mundo mais justo, mais resiliente e habitável.

Sem dúvida, a Terra é nosso lar compartilhado e nossa mãe. E quem melhor do que as mães para protegê-la?

Muito obrigada. (*Palmas.*)



Assista ao discurso da sr.a Maryam Abdollahi



SENHORA SHABARI BYREDDI

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento da Índia



Radiologista e política indiana, Dr. Byreddy Shabari foi eleita em 2024 para o 18º Lok Sabha pelo Telugu Desam Party (TDP), representando Nandyal, Andhra Pradesh. Graduada pela Dr. NTR University of Health Sciences, ela é diretora do Shivanta Medical Centre Pvt. Ltd. Em seu primeiro mandato, destaca-se por sua atuação em saúde pública, inclusão social e desenvolvimento regional.

Presidente da sessão, prezados delegados, é uma honra falar sobre um tema tão profundo e importante. As mudanças climáticas cresceram gradualmente e se tornaram uma crise, acelerando em um ritmo muito rápido. Elas também estão alterando drasticamente o ecossistema, e já estamos enfrentando suas consequências devastadoras.

Queridos amigos, os últimos 4 anos foram os mais quentes e, de acordo com o relatório de setembro de 2019 da Organização Meteorológica Mundial, estamos pelo menos um grau acima do nível pré-industrial e perto do que os cientistas chamam de risco inaceitável. Nós, como um bloco multilateral, de fato reconhecemos as dificuldades e desafios que estamos enfrentando para atingir as metas de neutralidade global de carbono. Também estamos cientes dos gargalos para alcançar isso. Países em desenvolvimento, países emergentes e também países desenvolvidos têm seus próprios desafios e oportunidades para deter essas mudanças climáticas. Os países-membros do Brics deram sua contribuição para combater as mudanças climáticas e eu aplaudo sinceramente cada país-membro por se manter firme na proteção e preservação da nossa Terra.

A Índia também está comprometida com fortes ações climáticas. E, na verdade, não é só com essa ação recente. As ações com esse fim começaram no início da década de 1970, se eu posso mencionar, com

o Chipko Movement, que foi iniciado por uma demanda do meio rural, com o fim de proteger as florestas e as árvores.

A Índia fez grandes progressos para atingir e até mesmo exceder as contribuições nacionalmente determinadas no Acordo de Paris. A intensidade das emissões em relação ao PIB já foi reduzida em 24%, se comparada ao nível de 2005. A Índia instalou 159 gigawatts de capacidade elétrica não fóssil, atingindo, assim, a contribuição nacionalmente determinada, referente a 40% da capacidade total instalada de energia elétrica, quase 8 anos antes do previsto.

A máquina nacional de hidrogênio, lançada para gerar hidrogênio a partir de fontes de energia verde, é uma alternativa ao combustível fóssil.

A cobertura florestal da Índia está aumentando constantemente e é hoje de 26,4%. E a Índia adicionou 23 zonas úmidas nos sítios Ramsar, nos últimos 3 anos, e agora possui a maior rede de sítios Ramsar no sul da Ásia.

Na Índia, a mulher é chamada de shakti, o que significa poder. Nós temos o poder de mudar e também de curar o mundo. As mulheres estão ligadas à natureza. Então, quando as mulheres estão envolvidas na promoção de energia limpa, agricultura sustentável e infraestrutura resiliente ao clima, a solução será muito eficaz e equitativa.

O Governo da Índia tem trabalhado ativamente pelo empoderamento das mulheres e também pela igualdade de gênero por meio de várias políticas e programas. Gostaria de mencionar algumas políticas que visam educar e salvar meninas, lançadas em 2015, com foco na melhoria da proporção entre os sexos das crianças, promovendo a educação de meninas e combatendo a discriminação.

A Missão Shakti visa fortalecer as intervenções para o bem-estar das mulheres e abordar questões ao longo do seu ciclo de vida. Outro programa importante visa à aquisição de habilidades e consciência de conhecimentos para a promoção de meios de subsistência.

Outro marco é o Nari Shakti Vandan Adhiniyan — lei de honra à mulher —, que reserva um terço do número total de assentos no Parlamento e nas Assembleias Legislativas Estaduais para as mulheres.

O empoderamento das mulheres nas nações do Brics não é apenas uma questão de proporcionar igualdade de oportunidades e de jus-

tiça social, é uma abordagem abrangente e importante, que deve incluir a desigualdade de gênero e a capacitação de mulheres para participar de ações climáticas. Os países do Brics podem definitivamente liberar todo o seu potencial e construir um futuro mais sustentável para todos.

Obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Shabari Byreddy



**SENHORA SARA MOHAMMAD
AMIN FALAKNAZ**



Membro do Parlamento dos Emirados
Árabes Unidos

Deputada do Conselho Nacional Federal dos Emirados Árabes Unidos desde 2019, Sara Falaknaz é formada em Administração e Finanças pela American University of Sharjah. Com experiência em inovação e liderança empresarial, atuou em cargos de destaque no setor público e privado, incluindo a DP World. Falaknaz também possui formação militar e é membro ativo de comitês parlamentares voltados para educação, cultura, juventude e segurança internacional.

Excelências, senhoras e senhores, tenho o prazer de contribuir para esta importante sessão sobre o fortalecimento do papel das mulheres no enfrentamento da crise climática.

O tema em questão reflete tanto a urgência das nossas responsabilidades ambientais quanto a necessidade de garantir que nossas respostas sejam inclusivas, equitativas e sustentáveis. Enquanto nos reunimos hoje, o mundo enfrenta uma emergência climática que afeta a

todos, mas não igualmente. Mulheres e meninas, especialmente em comunidades rurais e vulneráveis, são desproporcionalmente impactadas.

As Nações Unidas estimam que as mulheres representam quase 80% dos deslocados pelas mudanças climáticas e que elas têm quatorze vezes mais probabilidade de morrer em desastres relacionados ao clima. No entanto, as mulheres continuam sub-representadas no processo de tomada de decisão sobre o clima, representando menos de um terço dos delegados em negociações globais, enquanto menos de 10% dos financiamentos voltados ao clima são sensíveis a questões de gênero. Essa lacuna enfraquece nossa resposta e limita a eficácia das soluções climáticas globais.

Essa realidade exige mais do que reconhecimento. Ela exige respostas com políticas direcionadas e inclusivas, e os Parlamentos são fundamentais para esse esforço.

Como mulheres Parlamentares, não somos apenas defensoras desse esforço, mas também tomadoras de decisões. É nossa responsabilidade modelar a legislação e integrar a responsabilidade de gênero na política climática, garantir que os orçamentos para adaptação e resiliência atendam às necessidades específicas das mulheres e garantam a implementação inclusiva, com foco na comunidade.

Excelências, nos Emirados Árabes Unidos, o empoderamento das mulheres nas ações climáticas é uma prioridade da política nacional. Atualmente, as mulheres ocupam mais de 70% dos cargos de liderança nos setores de biodiversidade no Ministério da Mudança Climática e do Meio Ambiente. A igualdade de gênero está inserida em nossas estratégias climáticas nacionais, incluindo a iniciativa Net-Zero 2050 e o nosso Plano de Adaptação Nacional.

Após a COP 28, lançamos uma iniciativa Clima, Mudança e Igualdade de Gênero, em parceria com a ONU, por meio da União Global das Mulheres Líderes, com o objetivo de fortalecer a participação das mulheres em políticas climáticas em todos os níveis de governo.

No âmbito Parlamentar, o Comitê de Sustentabilidade, criado em 2022 e presidido por uma mulher, liderou o esforço para as operações verdes. Essas iniciativas refletem a nossa convicção de que o Parlamento deve demonstrar, pelo exemplo, que a liderança inclusiva leva a uma ação climática efetiva.

Em conclusão, a crise climática requer equidade, liderança e compromisso com a sustentabilidade. As mulheres devem estar no centro da produção da política e de sua implementação, se quisermos construir sociedades resilientes que não deixem ninguém para trás.

Obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Sara Falaknaz



SENHORA NORA ALI

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento do Egito



Deputada egípcia pelo partido Mostaqbal Watan, Nora Ali é ex-presidente da União das Câmaras de Turismo do Egito e figura influente nas áreas de economia e desenvolvimento sustentável. Reeleita para o Parlamento em 2024, ela representou o Egito no 11º Fórum Parlamentar do Brics, participando ativamente das sessões sobre governança econômica e inclusão feminina.

Distinta Presidente, de início gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Parlamento do Brasil pela calorosa recepção e hospitalidade.

Valorizo imensamente os incansáveis esforços deste fórum em abordar as mudanças climáticas, que se tornaram uma questão crítica para o presente e o futuro do nosso mundo. Os impactos globais das mudanças climáticas são agora generalizados e sem precedentes, em termos de suas causas, manifestações e escopos de influência. Esse impacto onera desproporcionalmente as mulheres, particularmente nos países em desenvolvimento, onde elas dependem altamente de recursos de setores como a agricultura. Esses setores são severamente

afetados pelas mudanças climáticas, levando ameaças à estabilidade econômica e à segurança alimentar, exacerbando problemas de saúde, pobreza e falta de educação. Em casos extremos, as mulheres podem até enfrentar o risco de deslocamento.

Todos reconhecemos que a adaptação a esses impactos se tornará cada vez mais difícil e custosa no futuro, se medidas imediatas e radicais não forem tomadas. Essas ações devem priorizar o aumento da resiliência e adaptabilidade das mulheres às mudanças climáticas.

As mulheres não são meramente vítimas das mudanças climáticas, são parceiras essenciais nos esforços de adaptação e mitigação. Elas possuem profundo conhecimento dos ambientes locais e de práticas sustentáveis, o que pode ser fundamental no desenvolvimento de estratégias de adaptação eficazes e na obtenção de resultados mais fortes e sustentáveis.

Caros colegas, as nações do Brics enfrentam um conjunto de desafios compartilhados, além daqueles únicos de cada país que impedem o alcance de emissões líquidas zero de carbono. O principal entre eles é a crescente dependência de combustíveis fósseis em suas economias.

Nossa reunião aqui sublinha nossa firme convicção de que as mudanças climáticas representam uma grave ameaça, exigindo uma abordagem enraizada na justiça e na equidade em relação à justiça climática e a uma transição justa para a adaptação.

Essa abordagem deve considerar as especificidades sociais e econômicas de cada país e de vários grupos, particularmente as mulheres, ao se formularem políticas climáticas e se trabalhar para aprimorar sua participação ativa em todos os níveis.

Nesse contexto, eu tenho o prazer de elogiar a Estratégia de Parceria Econômica do Brics 2025, adotada em 2020, que delinea a trajetória de desenvolvimento do grupo, estabelece uma estrutura para a cooperação entre os seus membros e enfatiza a necessidade de garantir a participação social e econômica das populações do Brics, particularmente mulheres e jovens. Ela também coloca um foco especial no enfrentamento das mudanças climáticas.

Igualmente, aprecio a proposta do Brics de abril de 2025 para desenvolver uma nova estratégia geopolítica climática que sublinhe

a necessidade de coordenar esforços e fornecer recursos adequados para promover o desenvolvimento sustentável no sul global. Isso representa um claro apoio ao empoderamento das mulheres, integrando as suas questões nos planos climáticos e garantindo seu acesso a iniciativas de financiamento equitativas.

Prezados participantes deste fórum, nosso papel fundamental como legisladores nos obriga a propor, discutir e promulgar proativamente legislação avançada para mitigar os impactos das mudanças climáticas, particularmente aqueles que incorporam a perspectiva de gênero, a fim de construir um futuro mais equilibrado e próspero.

Parlamentares das nações do Brics podem desempenhar um papel proeminente e eficaz a esse respeito, por meio do fortalecimento da cooperação em mudança climática, para garantia da implementação plena e eficaz da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Nora Ali



SENHORA ROZA CHERMERIS

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento da Rússia



Deputada da Duma Estatal da Rússia desde 2021 pelo partido Novas Pessoas, Roza Chemeris é formada pelo Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou. Nascida em Moscou em 11 de junho de 1978, é filha da ex-deputada Elmira Glubokovskaya.

Gostaria de agradecer à Presidência brasileira pela organização do nosso encontro e também pelas calorosas boas-vindas aos representantes dos órgãos legislativos dos países parceiros do Brics que participam deste fórum de qualidade pela primeira vez. Estou confiante de que o seu envolvimento aumentará ainda mais a eficácia e o valor do nosso trabalho conjunto.

A Rússia não está livre dos processos climáticos internacionais, tanto pela sua contribuição efetiva para a redução da emissão de gases de efeito estufa quanto pelos seus esforços para manter a natureza universal do regime climático previsto na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Consideramos o Acordo de Paris uma base jurídica confiável para a regularização da situação climática global de longo prazo. Sugerimos que o foco esteja na implementação prática das metas e objetivos do Acordo de Paris, segundo o qual cada parte determina suas próprias contribuições para os esforços globais, com base nas condições, trajetórias e abordagens nacionais. Ao mesmo tempo, acreditamos que exagerar a situação sem referência a dados científicos objetivos não fomenta o diálogo produtivo nem leva a soluções conjuntas eficazes e compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Saudamos a realização, pelo Brasil, da 30ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima — UNFCC.

Estamos confiantes de que o Brasil com sua sólida experiência na organização de conferências sobre o desenvolvimento sustentável garantirá a adoção de decisões equilibradas e eficazes no âmbito da UNFCC, em consonância com o Acordo de Paris.

Aguardamos com expectativa uma cooperação construtiva com a Presidência brasileira na preparação e realização da COP 30. Esperamos que as próximas negociações promovam a importância de se levar em consideração as necessidades específicas das mulheres, que frequentemente desempenham múltiplos papéis sociais no contexto dos impactos das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, acreditamos ser essencial trabalhar dentro da estrutura das decisões específicas da UNFCC sobre gênero e mudanças climáticas, em vez de insistir em

mecanismos e linguagens de gênero em todos os documentos finais da conferência, porque isso não gera valor.

Sem dúvida, as mulheres desempenham papel vital na educação das gerações futuras, para que atuem de forma responsável em relação à proteção ambiental e à mitigação dos impactos das mudanças climáticas. No entanto, é ingênuo presumir que as mulheres ou homens sozinhos podem resolver os desafios globais que exigem ações coletivas.

Os esforços para promover o empoderamento das mulheres, especificamente nesta área, podem parecer um tanto equivocados. Estamos convencidos de que as mulheres precisam de apoio, inclusive em cargos de liderança, sem se vincular esse apoio a nenhuma área ou questão política específica.

A Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995, e a 3ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, especialmente a Declaração da Plataforma de Ação — Pequim+5, embora celebrem agora 30 anos, ainda há muito trabalho a ser feito para alcançarmos os objetivos estabelecidos nesses documentos.

Em relação à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, dificilmente será alcançada a meta de igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas. Para que as mulheres exerçam plenamente os seus direitos e realizem o seu potencial, elas devem receber condições favoráveis para alcançarem o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Muito obrigada pela sua atenção. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Roza Chemeris



SENHORA CÉLIA XAKRIABÁ

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento do Brasil



Deputada federal por Minas Gerais desde 2023, Célia Xakriabá é a primeira mulher indígena do estado eleita para a Câmara dos Deputados. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UNB, é ativista, educadora e integrante do povo Xakriabá. Atua na defesa dos direitos indígenas, da educação intercultural e da justiça climática, com projeção nacional e internacional.

Obrigada, Presidenta.

Faço parte do grupo de onde saíram as primeiras mulheres brasileiras, neste Brasil que começou pelas mulheres indígenas, embora tenhamos sido as últimas a chegar ao Parlamento brasileiro.

O Brasil, companheira Senadora Leila, demorou 109 anos para eleger a primeira mulher para o Parlamento brasileiro, demorou 195 anos para eleger a primeira mulher indígena, a ex-Deputada Joenia Wapichana, e demorou 200 anos para ter a primeira mulher indígena como Presidenta de uma Comissão na Câmara dos Deputados.

Com muito orgulho, fui a primeira mulher indígena a ser Presidenta da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, no ano de 2023. Estou aqui também com minha companheira Juliana, que é indígena. Agora, em 2025, sou Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Gostaria de saudar todas as mulheres brasileiras, que constituem mais da metade da população deste país. É importante que, a partir dessa perspectiva, nós consigamos dialogar e fazer o debate da pauta inovadora que eu trouxe para esta Comissão, para debater gênero e clima.

Nós compreendemos que a primeira mulher da humanidade, a mais antiga — e ninguém nunca fez essa pergunta — é a Terra. Por isso, quando a mulher indígena chega ao Congresso Nacional, chega a uma

Comissão, ela faz política não somente a partir do lugar de Deputada. A floresta fala, a água fala, a Amazônia fala, o Cerrado fala.

Nós compreendemos que as mulheres e as meninas enfrentam vulnerabilidade diante de muitos desastres. Dados revelam que 80% dos deslocados climáticos, no mundo inteiro, são mulheres.

Aqui no Brasil, um caso sensibilizou o mundo, a questão ianomâmi. Mais de 30 meninas foram estupradas, em razão da existência de garimpo e mineração ilegais em terra indígena.

É preciso que, neste momento, tragamos essa pauta tanto para a agenda do Congresso Nacional como para a agenda global. A defesa ambiental não pode ser pensada hoje somente como uma pauta progressista. Temos que urgentemente tratar essa pauta como uma pauta humanitária. Negligenciá-la é praticar um “futuricídio”, porque vai se matar o hoje e também o amanhã.

Os povos indígenas são 5% da população do mundo, mas protegem mais de 80% da biodiversidade mundial. É importante dizer que a maior sumaúma da Amazônia tem 60 metros e hoje conta com idade entre 500 a 800 anos. O prédio mais alto do Brasil, conhecido como Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, demorou 3 anos para ser construído e tem 70 metros de altura, apenas 10 metros mais do que a sumaúma. É preciso entender o tempo da natureza e o tempo do homem. Reflorestar demora tempo demais — e precisamos, inclusive, reflorestar a política.

O Brasil pode perder algo equivalente ao estado do Paraná, com mais de 11 milhões de habitantes, se aprovar o projeto que está prestes a ser aprovado nesta Casa, conhecido como projeto da devastação.

O dinheiro pode evitar a morte de uma mata, de uma floresta, mas ele não traz uma floresta ou um rio de volta. Eu já deixei protocolada aqui hoje uma recomendação ao Presidente da República para que ele oriente os países do Brics quanto à destinação de 5% do orçamento da área militar para a agenda global de gênero e clima.

É preciso dizer também que, neste Congresso, há um projeto de lei para o combate à violência contra as mulheres indígenas. Pesquisa feita na Amazônia mostrou que, se o Congresso brasileiro não parar de investir em projetos de retrocesso em relação aos povos indígenas, 80% das áreas protegidas por indígenas na Amazônia e que beneficiam 57%

do agronegócio brasileiro serão prejudicadas, e o déficit de primeira hora na economia será em torno de 338 bilhões de reais.

É a floresta que protege a terra que sustenta a economia; não é a economia que sustenta a terra e a floresta. O dinheiro não é capaz de produzir outro planeta. Embora nós sejamos de países diferentes, de continentes diferentes, de lutas diferentes, nós compartilhamos o mesmo planeta.

Para finalizar, nós costumamos dizer que os povos indígenas evitam a queda do céu. É preciso pensar uma lei de rastreabilidade com compromisso.

Mulheres indígenas são guardiãs do planeta para a defesa e a cura da humanidade.

Inspirada numa cantora brasileira, Alcione, que diz que nós somos mulheres do fim do mundo, eu digo mais: Parlamentares comprometidas ajudam a evitar o fim das outras.

Nós sabemos que não existe Parlamento se não existir floresta, não existe Parlamento se não existir planeta. Economia inteligente é uma economia que não nos mate. É o compromisso de pensar a era digital, mas também a responsabilidade de reflorestar a política. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Célia Xakriabá



SENHORA LEILA BARROS

Membro da Câmara Alta do
Parlamento do Brasil



Também conhecida como Leila do Vôlei, ingressou no esporte aos 15 anos, tornando-se uma das principais atletas do voleibol brasileiro. Após encerrar a carreira como atleta, atuou como comentarista esportiva. Em 2015, ingressou na vida pública e em 2018 foi a primeira mulher da história eleita senadora pelo Distrito Federal. É reconhecida por sua trajetória marcada pelo compromisso com a inclusão social, o empoderamento feminino e a valorização do esporte como instrumento de transformação.

Obrigada, Senadora Eudócia, Presidente deste painel, que está comandando este painel. É um prazer tê-la comigo nesta legislatura no Senado Federal, vivendo as dores, as alegrias, enfim, todo o processo, que sabemos que é diário.

Minhas colegas Parlamentares, distintas representantes dos países do Brics, senhoras e senhores, é uma honra estar com todas nesta reunião, unidas por um tema que não é apenas urgente, mas existencial: a crise climática. E destaco o papel fundamental das mulheres na sua superação.

Eu gostaria de iniciar reconhecendo o papel estratégico do Brics na geopolítica climática mundial.

Nossos países reúnem quase metade da população do planeta, detêm imensa biodiversidade, territórios com vastos recursos naturais e, sobretudo, vozes plurais do sul global.

Esse protagonismo se torna ainda mais essencial diante de um novo cenário global preocupante: um dos maiores emissores históricos de gases de efeito estufa anuncia, mais uma vez, sua retirada do Acordo de Paris. Isso não é apenas simbólico — é um retrocesso para o

esforço coletivo da humanidade. E reafirma que nós do Brics devemos fortalecer nossa aliança e agir com firmeza, solidariedade e coerência.

O tempo de hesitação já passou. O que está em jogo é o futuro dos nossos povos, em especial das mulheres, que são desproporcionalmente afetadas pelos efeitos da mudança do clima, mas ainda pouco representadas nas decisões que moldam esse enfrentamento.

Precisamos de ações concretas, inclusivas e, principalmente, financiadas.

E aqui faço uma cobrança clara, que deve ecoar como posição do Brics: os países historicamente mais responsáveis pelas emissões de carbono precisam cumprir sua dívida climática. Não é justo que os países mais pobres arquem sozinhos com os custos da transição energética, enquanto enfrentam secas, enchentes e insegurança alimentar.

O financiamento climático precisa chegar às bases. E precisa, principalmente, chegar às mulheres.

Nesse sentido, eu gostaria de discutir algumas propostas que, a meu ver, podem ser construídas de forma conjunta entre os nossos países:

1. Criação de um Fundo Brics para Mulheres e Clima, voltado a projetos liderados por mulheres em comunidades vulneráveis — como agricultoras familiares, líderes indígenas e empreendedoras ambientais.

2. Plataformas de educação climática para mulheres, promovendo acesso ao conhecimento científico, à tecnologia e à inovação, com ênfase em energias renováveis e adaptação sustentável.

3. Um Pacto de Liderança Feminina pelo Clima, articulado entre nós, Parlamentares, que assegure a presença de mulheres nas instâncias decisórias sobre clima e transição energética, nos Parlamentos e fora deles.

4. Aceleradoras de negócios verdes femininos, com apoio do Banco do Brics, para financiar iniciativas de economia circular, reflorestamento, agroecologia e energia limpa, lideradas por mulheres.

5. Criação de um Observatório de Gênero e Clima do Brics, que nos permita tomar decisões baseadas em dados, diagnósticos e evidências sobre os impactos específicos das mudanças climáticas nas mulheres e nas meninas.

Colegas Parlamentares e demais convidados, sabemos que a transição energética justa não é apenas uma questão ambiental, é uma questão de justiça social, de equidade de gênero e de dignidade humana.

Sabemos também que as mulheres não são vítimas passivas desse processo. Somos líderes, somos cientistas, somos legisladoras, somos guardiãs dos territórios e do conhecimento tradicional. Somos a solução.

Termino com um apelo: que nossa presença aqui hoje não se limite à retórica!

Que ela se traduza em ações coordenadas, compromissos políticos e resultados reais! Que o Brics seja uma aliança não apenas de economias emergentes, mas de valores éticos que promovam um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, com justiça climática e igualdade de gênero no centro desse debate!

Vamos juntas!

Muito obrigada. *(Palmas.)*



Assista ao discurso da sra. Leila Barros





3ª Sessão de trabalho da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics.
Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado





3ª SESSÃO DE TRABALHO

Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics

Construindo o futuro: as Mulheres Parlamentares e a Agenda Brics 2025

“Colegas Parlamentares, cabe a nós garantir políticas que promovam a educação, a inclusão e oportunidades reais para as mulheres. O empoderamento feminino não virá apenas por declarações, mas por ações concretas, mudanças culturais e compromisso político”.

SRA. PROFESSORA DORINHA



DISCURSO DE ABERTURA DA 3ª SESSÃO DE TRABALHO

A SRA. PRESIDENTE (Dandara. Bloco/PT - MG) - Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 3ª Sessão de Trabalho da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, com o tema Construindo o futuro: as Mulheres Parlamentares e a Agenda Brics 2025.

Cumprimento todos os presentes.

Dou as boas-vindas às delegações parlamentares de Cuba, Índia, Rússia e aos demais presentes neste 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Temos, nos próximos dias, a oportunidade de darmos continuidade à institucionalização deste espaço de reflexão e à conjunção de esforços Parlamentares de nossas nações, instituições inseparáveis da arquitetura internacional.

Este 11º Fórum Parlamentar acontece em um momento em que o mundo enfrenta desafios significativos: emergência climática, desigualdades históricas e uma crise de legitimidade nas instituições multilaterais.

Nesse contexto, o Brics se reafirma como uma plataforma muito relevante para renovar o multilateralismo a partir do sul global, com base na inclusão, na cooperação e na pluralidade. Reunida aqui em Brasília, em um universo de 150 Parlamentares de quinze países, entre membros permanentes e parceiros do bloco, é mais do que uma importante demonstração da capacidade de articulação, é um gesto político de grande simbolismo, que aponta para que os Parlamentares sejam partes inseparáveis da arquitetura internacional que as democracias vêm construindo para se fortalecer.

Ao longo da semana, discutiremos temas cruciais: a governança da inteligência artificial, a cooperação em saúde pública, a reforma das instituições internacionais, a participação das mulheres em todos



os níveis decisórios. Por isso, destaco, com ênfase e centralidade, a realização deste Fórum de Mulheres Parlamentares do Brics, que cada vez mais fortalece o compromisso do nosso bloco com a equidade de gênero e com o princípio da governança.

Aproveito para cumprimentar as mulheres Parlamentares brasileiras, na pessoa da Deputada Jack Rocha, que coordena a bancada feminina aqui da Câmara dos Deputados, da Senadora Leila Barros e também da Deputada Célia Xakriabá, que representa importantes povos neste espaço.

É preciso avançar cada vez mais. A desigualdade de gênero nunca foi um tema setorial, não pode nem deve caber em uma caixinha. É estrutural. Organiza relações de poder na sociedade. Atravessa todas as dimensões políticas das economias globais.

O desafio da transição ecológica, por exemplo, não pode repetir assimetrias do passado baseadas em divisão sexual do trabalho, subordinação dos afazeres do cuidado, concentração de poder econômico e tecnológico. Uma transição justa deve ser orientada pela proteção dos direitos, pela geração de empregos sustentáveis e decentes e pela inclusão real de mulheres, juventudes, povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos étnicos de diversos espaços.

A justiça de gênero é condição para qualquer pacto de sustentabilidade que queira ser duradouro. Portanto, este não é um mero espaço protocolar. É também a ponte entre o desenvolvimento econômico e a redistribuição de poder, de tempo e de recurso.

Nesse contexto, torna-se indispensável reafirmar o poder central dos territórios, das economias, da sociobiodiversidade, especialmente nas regiões historicamente vulnerabilizadas pela lógica do extrativismo predatório.

Fortalecer os territórios não é apenas descentralizar as decisões, é reconhecer neles o centro pulsante das soluções sustentáveis, inovadoras e justas. É nos territórios onde se vive, onde se constroem as práticas econômicas que podem de fato transformar o cuidado na soberania alimentar e energética. A soberania dos povos deve ser compreendida como um pilar estratégico para qualquer projeto de desenvolvimento que pretenda ser plural, democrático e de fato enraizado no sul global.

É nesse espírito de diálogo com a Presidência brasileira do Brics que reiteramos daqui, do Congresso Nacional brasileiro, o nosso apoio à incorporação do ODS 18, o ODS da igualdade étnico-racial, como componente fundamental da Nova Agenda de Desenvolvimento Global. Acreditamos que não há sustentabilidade sem justiça racial. Reconhecer as desigualdades estruturais que nos atravessam nos países é condição para desenhar políticas públicas eficazes, tanto nacionais quanto multilaterais, e que sejam sensíveis à intersecção verdadeira de gênero, raça, classe e território.

Ao longo de 2025, o Brasil tem conduzido a Presidência do bloco guiado pelo lema Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável. Essa agenda se materializa em cinco eixos centrais:

1. Facilitação de comércio e investimento, com desenvolvimento de meios próprios de pagamento.

2. Promoção, para uma governança responsável, da inteligência artificial, com foco na soberania digital e na inclusão social.

3. Ampliação do financiamento climático, em sinergia com as prioridades da COP 30, que o Brasil orgulhosamente vai sediar este ano.

4. Estimulo à cooperação sul-sul em saúde pública, com base em solidariedade e acesso universal.

5. Fortalecimento institucional do Brics, com quase uma centena de reuniões já realizadas ou em curso, preparando o bloco para a cúpula de Chefes de Estado em julho, no Rio de Janeiro.

Confiamos na Presidência brasileira do Brics. Trabalhará ativamente para garantir que os países e os blocos estejam representados com coesão, clareza e ambição, não apenas nos espaços oficiais da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que será realizada em Belém do Pará, mas também em diálogo com a sociedade civil durante a Cúpula dos Povos, que acontecerá concomitantemente à COP 30.

Queremos uma COP com povos, com participação ativa dos movimentos sociais, sob a liderança de juventude, mulheres, comunidades tradicionais, setores produtivos comprometidos com uma nova agenda econômica socialmente referenciada e justa.

Tenho a convicção de que o fortalecimento do Brics passa pela institucionalidade democrática, pela legitimidade popular, pelo diálogo constante entre os Poderes, entre os países e entre suas sociedades.

Acreditamos também que o mundo não precisa de mais promessas, e, sim, de compromissos firmes e transformadores. O Brics tem escola, tem legitimidade, tem responsabilidade histórica e tem também coragem coletiva para garantir a transição que se anuncia, para que seja profundamente inclusiva e justa.

Eu me chamo Dandara Tonantzin, sou Deputada Federal, membro permanente da Comissão de Educação da Câmara, também presido a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais desta Casa e irei presidir esta sessão.

Antes de passar a palavra às oradoras, é importante fazer alguns esclarecimentos.

Para organizar os trabalhos, cada oradora poderá usar da palavra por até 5 minutos.

A fim de garantir o cumprimento da nossa agenda de eventos e a isonomia entre as representantes, o sistema de áudio desta sala de reunião está programado para soar o toque da campainha 30 segundos antes do fim do tempo da oradora, como alerta para que encaminhe a conclusão do seu discurso, sendo desligados os microfones após 5 minutos de uso da palavra.

Solicito também que todas falem de forma pausada, para que a tradução simultânea possa refletir os pronunciamentos com a máxima precisão.

Antes de passar a palavra à primeira oradora, reforço aqui o convite para aqueles que desejem se inscrever para o painel Intercâmbio com NBD: mulheres como agentes e beneficiárias de financiamentos. As inscrições continuam abertas e podem ser realizadas diretamente com a servidora Taísa, que está ali na lateral.

Agradeço a compreensão e a cooperação de todos com essas regras necessárias para o bom andamento desta sessão.

Concedo a palavra à Sra. Inna Svyatenko, Vice-Presidente da Câmara Alta russa. A senhora tem 5 minutos.



SRA. INNA SVYATENKO

Vice-presidente da Câmara Alta da Rússia



Senadora da Federação Russa representando Moscou desde 2019, Inna Svyatenko preside o Comitê de Política Social do Conselho da Federação. Graduada em Matemática Computacional pela Universidade Estatal de Moscou e com formação adicional pela Academia Presidencial Russa de Economia Nacional e Administração Pública, atuou anteriormente como deputada na Duma da Cidade de Moscou por quase duas décadas. Membro do partido Rússia Unida, é reconhecida por sua atuação em políticas sociais e juventude.

Boa tarde, colegas.

Em nome da delegação russa, gostaria de agradecer ao Brasil como país anfitrião por realizar esta Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics.

A Presidente do Conselho da Federação, da Câmara Alta do Parlamento Russo, a Valentina Matviyenko, envia seus melhores votos.

As mulheres têm desempenhado um papel cada vez mais importante na política internacional ao longo da última década. Os Parla-mentos são os pilares da democracia. Nessa capacidade, eles têm um papel primordial para garantir a igualdade e empoderar as pessoas, ao mesmo tempo em que servem com modelos para assegurar respeito aos direitos humanos.

De acordo com a Constituição Federal da Rússia, homens e mu-lheres têm direitos, liberdades e oportunidades iguais para desfrutá-los. A Rússia tem trabalhado continuamente o empoderamento das mulhe-res, expandindo sua representação nas instituições governamentais em todos os níveis. Por exemplo, as mulheres representam 18% dos Parla-mentares em ambas as Câmaras do Parlamento russo, o que significa

que um em cada cinco Senadores e membros da Duma do Estado, a Câmara Baixa, é mulher.

Ter mais mulheres na política e nas instituições governamentais nos permite focar na melhoria da qualidade de vida de nosso povo. Como legisladoras, as mulheres tendem a priorizar a educação, o cuidado infantil e o serviço saudável dos familiares.

A Rússia adotou a Estratégia Nacional no Interesse das Mulheres. Esse documento estabelece uma vasta gama de medidas para apoiar as mulheres, permitindo-lhes desempenhar um papel maior nos assuntos do Estado, promovendo suas iniciativas e prioridades sociais.

A cada 3 anos, o Conselho da Federação realiza o Fórum Eurasiático de Mulheres. Ele reúne líderes feministas de todos os continentes e promove grandes projetos internacionais, incluindo iniciativas de empreendedorismo feminino, realizando projetos culturais em ambientes conjuntos. O fórum também serve como plataforma para realização de vários estudos sobre as situações sociais e econômicas das mulheres em diversos países. O Fórum Eurasiático de Mulheres ajudou a lançar novos grupos associados internacionais de mulheres, incluindo a Aliança Empresarial de Mulheres do Brics e a Associação Eurasiática de Mulheres.

O 1º Fórum de Mulheres do Brics ocorreu em 2024 como parte do Fórum Eurasiático de Mulheres. Seus participantes se manifestaram a favor da construção de uma comunidade internacional de líderes femininas a respeito das questões sociais e de saúde, com o estabelecimento de um grupo de trabalho sobre segurança alimentar e de um grupo internacional para estudar o papel das mulheres no Brics. Também lançamos um curso nacional para identificar os melhores projetos ambientais dentro do Brics, chamado Futuro Verde.

De 15 a 16 de maio de 2025, Moscou sediou o 2º Fórum de Empreendedorismo Feminino Brics. Ele reuniu mais de 1.500 delegados de cinquenta países. A agenda do fórum incluiu troca de experiências e apoio a indústrias criativas, bem como a renovação de todos os obstáculos que impedem as mulheres de empreenderem.

Esta é uma importante plataforma de diálogo para as capitais dos países participantes. Ela foi projetada para promover a cooperação entre nossas maiores cidades e incentivá-las a compartilhar suas

melhores práticas. Este ano, o fórum focará na diplomacia suplementar em tempos de mudança global. Convido as mulheres Parlamentares a participar desse fórum.

O Devanir Cavalcante, do IMBRICS+Brasil, especialista em governo municipal e relações internacionais, é o co-Presidente do comitê organizador do 7º Fórum Internacional dos Municípios.

A Rússia está pronta para compartilhar sua experiência e acompanhar o que seus colegas estrangeiros estão fazendo neste campo, em esforço para adotar as suas melhores práticas.

Obrigada pela sua atenção. *(Palmas.)*



SENHORA SHABARI BYREDDI

Membro da Câmara Baixa do Parlamento da Índia



Radiologista e política indiana, Dr. Byreddy Shabari foi eleita em 2024 para o 18º Lok Sabha pelo Telugu Desam Party (TDP), representando Nandyal, Andhra Pradesh. Graduada pela Dr. NTR University of Health Sciences, ela é diretora do Shivanta Medical Centre Pvt. Ltd. Em seu primeiro mandato, destaca-se por sua atuação em saúde pública, inclusão social e desenvolvimento regional.

Estimados colegas, é uma honra distinta dirigir-me a esta estimada assembleia sobre um tema de profunda importância, que é Construindo o futuro: as Mulheres Parlamentares e a Agenda Brics 2025.

Deixem-me começar minha fala dizendo um ditado em que nós indianos acreditamos: quando as mulheres são honradas, a divindade floresce.

Como representantes de democracias vibrantes e economias dinâmicas, as nações do Brics encontram-se em um momento crucial, com uma oportunidade incomparável de moldar um futuro mais equitativo, próspero e sustentável. Nós mulheres, particularmente mu-

lheres Parlamentares, somos arquitetas impulsionadoras de mudanças transformadoras.

A Índia, sob a liderança do Primeiro-Ministro Narendra Modi, abraçou firmemente o princípio do desenvolvimento liderado por mulheres. Nós acreditamos que empoderar as mulheres não é meramente uma questão de justiça social; é também um pré-requisito para o progresso nacional e global. O nosso compromisso com a igualdade de gênero está profundamente enraizado no etos da nossa Constituição, que garante direitos e oportunidades iguais para os cidadãos.

Distintos delegados, a Índia possui uma estrutura robusta para a participação das mulheres na governança. A 73ª Emenda Constitucional estabeleceu a reserva de um terço das vagas para as mulheres na instituição do Panchayati Raj. Eu tenho orgulho de dizer que temos 1,45 milhão de representantes femininas eleitas, aproximadamente 46% do total, o que está moldando a democracia. Estamos buscando uma agenda de desenvolvimento liderada por mulheres. Cito como exemplos o Comitê para o Empoderamento das Mulheres, que é totalmente eleito por mulheres, e também a Nari Shakti Vandan Adhiniyam, uma conquista marcante nessa jornada, que reserva um terço dos assentos na Câmara Baixa do Parlamento Nacional e nas Assembleias Legislativas Estaduais para as mulheres.

Não me refiro só a quem produz as políticas públicas. O Pradhan Mantri Jan Dhan Yojana trouxe mais de 520 milhões de pessoas para o sistema bancário formal. Quase 70% dessas contas pertencem a mulheres. Isso é fundamental para permitir transferências diretas. O sistema Mudra Yojana forneceu empréstimos sem garantias para pequenos empreendedores. Mais de 300 milhões de empréstimos foram concedidos para mulheres. Não se trata de pessoas que procuram emprego, mas, sim, de pessoas que criam emprego. A Índia ofereceu mais de 100 milhões de conexões de gás de cozinha limpo para mulheres em situação economicamente mais frágil. O Pradhan Mantri Matritva Vandana Yojana oferece benefícios relacionados à maternidade, ao apoio à saúde e ao bem-estar de mães e recém-nascidos. Com o nosso principal programa, o Beti Bachao, Beti Padhao, que significa "Salve a filha, Eduque a filha", houve uma melhoria significativa na proporção entre o sexo feminino e o sexo masculino. Aumentou em 28% o ensino superior para mulheres.

Nesse programa, quase 30 milhões de casas foram aprovadas, a maioria registrada em nome de mulheres. Isso garantiu segurança financeira e poder de decisão dentro dos lares.

Caros colegas, na Índia, temos um papel único e poderoso na formação da agenda. As nossas experiências e os nossos *insights* são para integrar as perspectivas de gênero, impulsionar o crescimento econômico-social, promover a paz e a segurança e aprimorar a governança democrática. Estamos falando não só de lideranças de mulheres, mas também de múltiplos desafios encarados por mulheres todos os dias, que estão profundamente conectados com a sua natureza. Cito, por exemplo, a violência doméstica e as discriminações culturais.

Nós mulheres Parlamentares do Brics nos comprometemos a ser a vanguarda dessa mudança e construir um futuro em que cada mulher e menina possa utilizar todo o seu potencial e contribuir para a prosperidade e a resiliência das nossas nações e do mundo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



SENHORA NORA ALI

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento do Egito



Deputada egípcia pelo partido Mostaqbal Watan, Nora Ali é ex-presidente da União das Câmaras de Turismo do Egito e figura influente nas áreas de economia e desenvolvimento sustentável. Reeleita para o Parlamento em 2024, ela representou o Egito no 11º Fórum Parlamentar do Brics, participando ativamente das sessões sobre governança econômica e inclusão feminina.

Caros participantes, permitam-me (ininteligível) das pessoas para um futuro melhor.

Eu gostaria de comentar também (ininteligível) o empoderamento das mulheres. O empoderamento das mulheres é fundamental para a sociedade (ininteligível). As mulheres contribuíram para que fossem

reconhecidas ao redor do mundo. É muito importante assegurar os direitos das mulheres, garantir a igualdade de gênero e assegurar uma sociedade sustentável para todos. A discriminação de gênero tem criado obstáculos importantes em todas as legislações. Mais de 20% das mulheres (ininteligível). O empoderamento das mulheres faz parte de um pilar muito importante dos países do Brics. (Ininteligível) é uma plataforma muito importante para o empoderamento das mulheres na sociedade.

Essas iniciativas e esses projetos sobre os quais os membros da comunidade vêm refletindo visam garantir a igualdade. Medidas devem ser tomadas pelo Brics para garantir a igualdade. Para o Fórum de 2026, é necessário um compromisso com a (ininteligível), com o crescimento econômico, com a pauta das mulheres. Também é preciso promover o empoderamento das mulheres na economia dos países do Brics, incluindo figuras femininas.

Eu gostaria de informar também que a participação das mulheres no fórum dos países da América Latina até o Pacífico e de outros países visa garantir a participação das mulheres no campo da economia, para apoiar projetos (ininteligível) em atividades de empreendedorismo e evidenciar *startups* inovadoras de alto impacto lideradas por mulheres, que aumentam a integração econômica e a cooperação global, incluindo projetos inovativos de automação no setor de energia e estruturas tecnológicas de inteligência artificial, educação, agricultura, bem como a produção e a operação de equipamentos de aviação e robótica, além de tratamentos de câncer e infertilidade, entre outros.

Vamos aproveitar a oportunidade desta reunião do Fórum do Brics para reafirmar que estamos comprometidos, através de alianças, com iniciativas para construir um futuro inclusivo e igualitário para as mulheres, o que reflete num genuíno comprometimento internacional para empoderar as mulheres e aumentar a sua participação em vários setores econômicos e sociais da nossa sociedade, a fim de construir uma comunidade mais balanceada e próspera. Isso não pode ser atingido sem a aprovação de legislações relevantes e sem o monitoramento de sua implementação.

Os Parlamentares dos países do Brics podem ter um papel ativo no empoderamento das mulheres fazendo o seguinte: implementan-

do a Estratégia para a Parceria Econômica do Brics 2025 e também a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, particularmente o quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, relacionado à igualdade de gênero; trabalhando para eliminar todo tipo de discriminação contra as mulheres; e promovendo os seus direitos.

Muitíssimo obrigada pela escuta. *(Palmas.)*



**SENHORA MARYAM
ABDOLLAHI**



Membro do Parlamento do Irã

Deputada iraniana por Mianeh na 12ª legislatura da Assembleia Consultiva Islâmica, Maryam Abdollahi está em seu primeiro mandato parlamentar. Nascida em 1982 na cidade de Mianeh, possui mestrado em Matemática Aplicada e é professora universitária. Foi eleita pelo estado do Azerbaijão Oriental com 21.469 votos. Atuou em cargos técnicos nos ministérios das Estradas e do Desenvolvimento Urbano e da Ciência, e presidiu o Conselho Nacional de Professores Convidados de universidades iranianas.

(Falha técnica na tradução simultânea).

Para mim, é uma honra participar do Fórum Parlamentar do Brics e falar como legisladora. Vou falar sobre problemas que não só estão enraizados na injustiça social, mas também têm um papel importante para o desenvolvimento sustentável no mundo onde nós vivemos.

(Ininteligível) o Brics se desenvolveu na plataforma econômica e na cooperação, o que é uma questão fundamental. Será que isso pode se aprofundar e balancear a justiça sustentável com uma participação efetiva das mulheres, que correspondem à metade da população? As mulheres representam (ininteligível) futuro inclusivo, pacífico e resiliente para a família do Brics. As mulheres não só trazem novas perspectivas,

mas também são pontes que conectam a justiça de gênero com políticas públicas do meio ambiente.

Na agenda do Brics de 2025, para se promover um balanço inclusivo com desenvolvimento resiliente, é essencial que as vozes das mulheres sejam escutadas em todos os espaços de construção de políticas públicas. É preciso que a presença nas estruturas responsáveis pela tomada de decisão seja institucionalizada, para que isso gere um impacto.

A agenda do Brics de 2025 foca em fortalecer acordos multilaterais, remover estruturas injustas do sistema financeiro, expandir o comércio entre o grupo e perseguir um desenvolvimento ecologicamente sustentável que leve a um futuro em que a justiça de gênero esteja implícita.

As mulheres legisladoras interpretam a perspectiva de gênero (ininteligível) fazer políticas públicas visando o desenvolvimento humano. Apesar dos passos positivos que têm sido dados nos países do Brics para aumentar a participação feminina, há um desafio-chave: além de haver a participação quantitativa, deve haver a participação qualitativa. A presença de mulheres na construção de políticas públicas traz ética, foco no futuro e pensamento centrado nas pessoas. Essa participação mais humana é uma alternativa ao atual modelo, que não é justo e não é ético. Para isso, as mulheres devem ser colocadas no centro dessa transformação, no centro do processo de tomada de decisão; não à margem.

Nós mulheres legisladoras dependemos do conhecimento, do comprometimento, da experiência e do senso de responsabilidade. Estamos prontas para construir, junto com os nossos colegas homens, um futuro inclusivo e justo; um futuro no qual nenhum ser humano, independentemente de gênero, seja deixado para trás no nosso programa de desenvolvimento.

Em um mundo com crises simultâneas — questões climáticas, guerras, desigualdades —, temos uma visão empática no processo de tomada de decisão para reforçar os pilares do desenvolvimento. Devemos garantir que a agenda do Brics de 2025 seja não só um documento estratégico, mas também uma oportunidade para redefinir a participação das mulheres no futuro global.

Minhas colegas, (ininteligível) espírito de colaboração.
Muitíssimo obrigada pela cooperação. (Palmas.)



SENHORA ZANDILE MAJOZI

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento da África do Sul



Deputada sul-africana pelo Inkatha Freedom Party (IFP), Zandile Majosi foi eleita para a Assembleia Nacional em 2019 e reeleita em 2024. Desde julho de 2024, atua como House Chairperson da Assembleia Nacional, com foco em relações internacionais. Participa de comissões parlamentares como a de Comunicações, Polícia e do Caucus Multilateral de Mulheres. Sua atuação destaca-se na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento da diplomacia parlamentar.

Agradeço sinceramente a oportunidade de participar desta reunião, de compartilhar experiências nesta jornada de construção do futuro das mulheres e de construir pontes concretas de cooperação entre os nossos países.

Acreditamos que a troca de melhores práticas e o estabelecimento de parcerias estratégicas podem acelerar o progresso da igualdade de gênero em todas as direções. Durante reunião realizada em Brasília, foi sublinhado que, em meio à diversidade de culturas (ininteligível), para ser mulher nas civilizações do bloco, há um ponto em comum: a certeza da importância da participação feminina ativa para a mudança qualitativa do complexo cenário internacional.

A promoção de iniciativas e investimentos destinados a garantir a participação igualitária das mulheres no desenvolvimento econômico-social e partilhar os benefícios desse desenvolvimento foi o foco da primeira sessão. (Falha técnica na tradução simultânea), a fim de garantir ascensão a posições de liderança como elas merecem. As

mulheres devem ser líderes (ininteligível) de suas próprias necessidades de desenvolvimento.

A igualdade na tomada de decisões políticas exerce uma função (ininteligível), sem a qual, atualmente, é provável que uma real integração (ininteligível) na formação política seja viável. Nesse aspecto, a participação igualitária das mulheres na vida política desempenha um papel fundamental no processo geral de avanço das mulheres.

Considerando que as mulheres constituem mais da metade da população global, a luta pela igualdade de gênero e pelo desenvolvimento liderado pelas mulheres é considerada uma luta social. A desigualdade entre as mulheres e os homens continua sendo um desafio que afeta o empoderamento e a participação das mulheres em todas as esferas da vida.

Os avanços nas últimas 2 décadas são evidentes em todas as regiões e na maioria dos países, mas o progresso tem sido lento. A igualdade de gênero é um direito. Garantir esse direito é a melhor forma de enfrentar alguns dos desafios mais preocupantes do nosso tempo. Na maioria da sociedade ao redor do mundo, as mulheres ocupam apenas a minoria das posições de tomada de decisão nas instituições privadas.

(Falha técnica na tradução simultânea.)

Apesar dos avanços, observa-se que os setores-chaves da economia da África são ocupados, de forma dominante, por homens. As mulheres enfrentam barreira sociais, econômicas e ideológicas para participarem, de forma plena e igualitária, da economia. Participam de um grande número de setores da economia que são caracterizados por baixos salários e condições ruins de trabalho. A baixa remuneração é agravada pela discriminação contra as mulheres que recebem benefícios sociais. Como resultado disso, há muitas mulheres forçadas a ganhar a vida fora da economia formal.

O crescimento econômico inclusivo e o desenvolvimento de um país devem contar com a contribuição de todos os cidadãos. Portanto, devemos focar (ininteligível).

Muito obrigada. (*Palmas.*)



**SENHORA ANA MARÍA MARI
MACHADO**



Vice-presidente do Parlamento de Cuba

Vice-presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular e do Conselho de Estado de Cuba desde 2012, Ana María Mari Machado é jurista com especialização em Direito Penal. Iniciou sua carreira como assessora jurídica e atuou como juíza e presidente de tribunais municipais e provinciais em Villa Clara, além de ter sido vice-presidente do Tribunal Supremo Popular. Deputada desde 2003, integrou a comissão redatora da Constituição de 2019 e é membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba desde 2011.

Boa tarde. É um prazer representar a Assembleia Nacional do Poder Popular da República de Cuba nesta sessão do Fórum Parlamentar do Brics, especialmente por fazê-lo pela primeira vez.

Cuba tem sido considerada um país sócio do Brics. Por isso, nós queremos agradecer a cada um dos membros pela confiança depositada na inclusão de Cuba, o que, para nós, tem um significado especial.

No diálogo parlamentar, o Brics é cada vez mais importante como porta-voz e representante da evolução política. Estamos conscientes da autêntica demanda de milhões de pessoas no planeta, em especial das mulheres.

Em Cuba, podemos expressar, baseados em nossa experiência, que o problema das mulheres (ininteligível) pelo programa da Revolução Cubana e pela estratégia nacional de desenvolvimento. A luta pela igualdade de direitos é identificada como um objetivo de toda a sociedade, reconhecendo-se o potencial revolucionário e transformador das mulheres.

(Ininteligível) também o nosso comandante Fidel Castro, quando expressou que, em relação à nossa revolução, nos anos futuros, uma das questões pelas quais nos julgarão será a forma como a nossa sociedade (ininteligível) os problemas das mulheres.

Podemos assegurar que esses objetivos das mulheres cubanas foram tratados desde o início. Hoje começamos a ampliar o compromisso para o (ininteligível) das mulheres, em concordância com os objetivos referentes à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres, tratados na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, da ONU.

É importante destacar que isso foi possível porque a vontade política e o exercício de políticas públicas estiveram acompanhados, desde o início, por ampla atividade legislativa, que marcou a Constituição de 1976 e o Código da Família de 1975, os quais puderam referendar a igualdade de direitos das mulheres e a eliminação de qualquer manifestação que implicasse discriminação, o que gerou efeitos transversais em outras legislações. Já houve a atualização da Constituição em 2019 e do Código da Família, aprovado em 2021. Modestamente, Cuba pode mostrar esse código com orgulho, pela ampla construção participativa, com posição muito moderna nos temas relacionados à família. Também colocamos essa experiência à disposição do Brics, para que seja levada em conta.

É importante também destacar o Plano de Ação da República de Cuba, como consequência da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, de 1995, e do Programa Nacional para o Avanço das Mulheres, que tem respaldo em nossa Assembleia Nacional. O cumprimento disso é feito não somente pela sessão plenária do Conselho de Estado, mas também pelas Comissões Permanentes, que acompanham, claro, toda a implementação dos postulados constitucionais e a atualização do modelo econômico e social cubano de desenvolvimento, além dos compromissos de Cuba com os modelos internacionais especificamente sobre a igualdade de gênero.

Contamos também com o Observatório de Igualdade de Gênero, que é muito importante na tomada de decisões e para traçar políticas públicas. Trabalhamos pela autonomia econômica e igualdade de gênero da mulher, o que possibilitou que a presença das mulheres cubanas na tomada de decisões seja destacada. Somos 55,74% das Deputadas e temos mais de 50% de participação em setores-chave.

No marco do Brics, creio que podemos contribuir com a construção legislativa e com os espaços de diálogo para criar sempre um mundo melhor a favor da paz, do multilateralismo, e dar voz às mulheres

também como expressão da família em cada um dos espaços em que contribuimos na sociedade.

Contem sempre no Brics com a contribuição de Cuba. Igualmente, desejamos muito êxito à Presidência brasileira em suas demandas neste espaço. Desejamos muito sucesso ao evento! Estamos à disposição.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



SENHORA CORONEL FERNANDA



Membro da Câmara Baixa do Parlamento do Brasil

Deputada federal por Mato Grosso desde 2023, Coronel Fernanda é coronel da reserva da Polícia Militar, com mais de 25 anos de serviço. É bacharel em Direito e possui especializações em Ciências Criminais, Administração Pública e Gestão em Segurança Pública. Em 2025, tornou-se a primeira mulher mato-grossense a assumir a Procuradoria da Mulher na Câmara dos Deputados, destacando-se na defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência de gênero.

Excelentíssimas colegas Parlamentares dos países do Brics, é uma honra estar presente nesta reunião e representar o Brasil como Procuradora da Mulher na Câmara Federal. Sou Deputada Federal eleita por Mato Grosso, estado da região central do país.

Nesta sessão, que nos permite tratar de tantos temas prioritários da Agenda Brics, gostaria de falar com as nobres colegas sobre a saúde da mulher na perspectiva da construção de uma governança global mais justa, inclusiva e sustentável. Considero ser urgente discutirmos a saúde da mulher como pilar fundamental para o desenvolvimento equitativo das nossas Nações.

Na última semana, celebrou-se o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher, criado há mais de 4 décadas, com o objetivo de

dar visibilidade aos desafios enfrentados pelas mulheres em relação à saúde e de ampliar a conscientização sobre a importância das ações preventivas voltadas às doenças que mais nos afetam.

Fazendo um recorte entre saúde e mulheres, considero fundamental destacar o quanto a pobreza exacerba vulnerabilidades da saúde específicas da população feminina. Fatores sociais como insegurança alimentar, trabalho não remunerado, violência doméstica, acesso precário à água e ao saneamento têm consequências diretas sobre a saúde física e mental. Estudos indicam que mulheres em situação de pobreza apresentam prevalência muito maior de transtornos mentais, evidenciando a carga psíquica imposta pela desigualdade econômica.

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, o direito à saúde é universal. Acessado por meio do Sistema Único de Saúde, durante a Assembleia Constituinte, as colegas Parlamentares que atuaram na construção do texto da Carta Magna do país já se preocupavam em pontuar a atenção especial com a saúde da mulher, considerando suas especificidades.

Nas últimas décadas, a bancada feminina do Congresso Nacional tem atuado firmemente para ampliar a cobertura do atendimento de danos à saúde em enfermidades com maior incidência entre mulheres, por exemplo, em função dos impactos fisiológicos e psicológicos da violência contra a mulher. Hoje, a legislação garante que a rede pública de saúde ofereça atendimento prioritário para as vítimas de violência, além de determinar o cumprimento de protocolos que possibilitam a mensuração dos atendimentos feitos por conta da violência e até mesmo a quantidade de mulheres que ficaram com alguma deficiência permanente por causa disso, o que permite ao Estado desenhar políticas públicas mais específicas.

No entanto, ainda temos imensos desafios a superar. O Brasil é um país de dimensões continentais, marcado por desigualdades regionais e raciais. Dados do Ministério da Saúde apontam que mais de 60% das mortes maternas poderiam ser evitadas com pré-natal adequado e assistência humanizada no parto, prevenindo-se a ocorrência de violência obstétrica. Esse mesmo dado indica que mulheres negras e pobres têm até duas vezes menos acesso ao pré-natal adequado.

E aqui faço um recorte para dizer que muitas mulheres brasileiras não conseguem nem sequer fazer um exame pré-natal, complicando mais ainda a vida delas durante a gestação.

A mortalidade materna, aliás, é um indicador sensível da desigualdade social. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, em 2023, 712 mulheres morreram por dia no mundo devido a complicações na gravidez ou no parto, totalizando 260 mil óbitos anuais. Ressalte-se que 94% dessas mortes ocorreram em países de baixa e média renda, muitas vezes em áreas rurais e em comunidades empobrecidas. Esses dados revelam que, apesar de existirem soluções preventivas conhecidas, o acesso a serviços de saúde de qualidade é limitado para as mulheres pobres. É urgente reverter esse quadro. Para isso, deve-se priorizar o acesso universal a cuidados pré-natais, parto seguro e apoio pós-parto nas regiões mais vulneráveis.

O Brics hoje reúne quase a metade da população mundial. Por isso, temos a oportunidade de liderar a construção de um novo paradigma sobre a saúde da mulher, para que os países em desenvolvimento possam, de fato, ser nações soberanas. Dessa forma, devemos articular cooperações técnicas entre países-membros para compartilhar tecnologia e replicar boas práticas focadas na saúde da mulher, como fundos conjuntos para programas materno-infantis, parcerias em pesquisas clínicas obstétricas, intercâmbio de tecnologia de baixo custo e capacitação profissional com ênfase na saúde feminina.

Precisamos, fundamentalmente, enfrentar a violência contra meninas e mulheres, que deixa sequelas físicas e psicológicas, e nos afastam de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

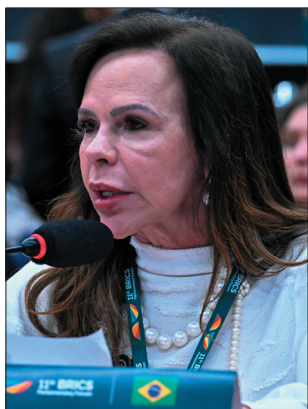
Caras colegas, a saúde da mulher não é apenas um direito individual. É um compromisso coletivo que nós Parlamentares, representantes do povo, temos que ter com a justiça social, a equidade e a dignidade humana. A sustentabilidade global só será alcançada quando as mulheres tiverem pleno direito à saúde e à participação igualitária nas decisões de espaço de poder.

Desejo que este debate inspire nossos Parlamentares a transformar palavras em ações concretas. Que possamos hoje iniciar esse compromisso coletivo com a saúde das mulheres dos países-membros

do Brics, garantindo um futuro em que nenhuma mulher precise morrer por negligência, descaso, injustiça ou preconceito.

Contem com a Procuradoria da Mulher!

Muito obrigada. *(Palmas.)*



SENHORA PROFESSORA DORINHA



Membro da Câmara Alta do Parlamento do Brasil

Senadora pelo Tocantins desde 2023, Maria Auxiliadora Seabra Rezende, conhecida como Professora Dorinha, é pedagoga e mestre em Educação pela UFG. Foi secretária de Educação e Cultura do Tocantins (1998–2009) e deputada federal por três mandatos. Destacou-se como relatora da PEC que tornou o Fundeb permanente e preside a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no Senado. Sua atuação é marcada pela defesa da educação pública e da participação feminina na política.

Sras. e Srs. Parlamentares, ao me preparar para este evento, revisei a Declaração de Kazan, da última cúpula do Brics, ocorrida em outubro do ano passado. Dos 134 parágrafos, somente seis mencionaram o papel da mulher, quatro deles de forma genérica. Apenas dois deles trataram realmente do tema.

Nas passagens genéricas, cita-se a necessidade de inclusão das mulheres em processos decisórios, em governos nacionais e instituições multilaterais, reconhecendo, inclusive, a capacidade feminina e a necessidade de que participem de maneira ativa nos processos relacionados com o estabelecimento e a manutenção da paz no mundo. Especificamente nos parágrafos 130 e 131, a questão do empoderamento feminino foi colocada do ponto de vista econômico, apontando a necessidade da construção de soluções voltadas para a promoção

da nossa capacidade empreendedora, por meio de financiamentos e do apoio a plataformas especializadas.

Como professora e ex-Secretária de Educação, defendo a bandeira da educação — educação de qualidade para todos. E quero chamar a atenção para um aspecto essencial: o empoderamento feminino e o acesso à educação. Boa parte das restrições à capacidade da mulher para exercer papéis relevantes na sociedade vem de um desigual acesso à educação. Em alguns países, em princípio, a restrição é de ordem cultural, frequentemente concretizada por proibições até formais no acesso feminino a níveis de educação ou até a algumas carreiras. Não devemos julgar mulheres que exerçam papéis tradicionais na sociedade de origem por opção, mas devemos, sim, discutir aqueles papéis impostos pela falta de opção às mulheres nas grandes sociedades. Como legisladoras, temos o dever de promover esse acesso.

No Brasil, já temos mais mulheres do que homens no ensino superior completo. No entanto, ainda somos minoria em áreas como ciências exatas e tecnologia, o que reduz a nossa presença em espaços considerados menos femininos e contribui para que as desigualdades salariais estejam presentes em nossa sociedade.

Promover a igualdade não é apenas educar meninas, é também ensinar aos meninos, desde cedo, o valor da equidade de gênero. Só assim poderemos transformar de forma duradoura estruturas patriarcais que ainda persistem em nossas sociedades. Essa abordagem via educação, desde a base, acredito que facilita muito a discussão, no ambiente da administração pública, dos altos negócios, sobre a necessidade da representação feminina.

Mais uma vez abordando o caso brasileiro, digo que temos há algum tempo a determinação da cota de candidaturas de mulheres por partido político: no mínimo 30%, pela atual legislação. No momento, a bancada feminina do Congresso luta para que essa cota não seja simplesmente eliminada.

Nos países do Brics, a representação feminina ainda é baixa: apenas dois países têm a paridade ou a maioria de mulheres nas Câmaras Legislativas; a maioria tem menos de 30% de representação feminina, tanto nos Parlamentos quanto nos Ministérios, e é urgente capacitar mais mulheres para cargos públicos. Reduzir a diferença entre homens

e mulheres e naturalizar a presença feminina em posições de liderança é a nossa tarefa.

Quero também destacar a importância da cooperação descentralizada como estratégia de ampliação da participação política de mulheres. A troca de experiência entre os governos locais dos países do Brics pode gerar soluções mais eficazes, inclusivas e adaptadas à realidade de cada território.

Colegas Parlamentares, cabe a nós garantir políticas que promovam a educação, a inclusão e oportunidades reais para as mulheres. O empoderamento feminino não virá apenas por declarações, mas por ações concretas, mudanças culturais e compromisso político.

Deixo aqui um convite e até uma convocação para que, entre os compromissos e prioridades coletivas assumidos pelo Brics, coloquem-se a garantia dos direitos das mulheres; a redução das desigualdades e a organização de políticas públicas com maior representação das mulheres; a paridade no Executivo, no Legislativo e no Judiciário; mulheres nos espaços decisórios; a redução da violência política; a redução do ataque às mulheres; e, acima de tudo, condições laborais equitativas, além de, logicamente, a nossa maior participação.

Participei de um evento do Brics em Jaipur. Com tristeza, chego à conclusão de que, durante todo o período de funcionamento do Brics, fomos ignoradas na maioria dos nossos países no que se refere aos compromissos públicos assumidos pelo Brics. Acho que é o nosso papel e a nossa tarefa mudar essa história.

Muito obrigada.



4ª Sessão de trabalho da Reunião de Mulheres Parlamentares
do Brics.
Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado





Intercâmbio com NBD: Mulheres como agentes e beneficiárias de financiamentos

"Testemunhamos como o empoderamento econômico das mulheres é um instrumento fundamental para a superação da violência doméstica de gênero. As mulheres empreendedoras dos países do Brics vêm demonstrando, por meio de iniciativas inovadoras, como projetos de recuperação ambiental, soluções promissoras na bioeconomia e startups sustentáveis, um engajamento decisivo na construção de um futuro sustentável e inclusivo."

RAISSA ROSSITER



DISCURSO DE ABERTURA DO INTERCÂMBIO COM NBD

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. Bloco/PT - ES) - Boa tarde!

Esta Mesa é muito importante, porque somos Parlamentares, somos legisladoras, e no Brasil temos algumas experiências relacionadas a bancos públicos e agências de desenvolvimento vinculados ao Governo Federal, que, no atual período, retoma a sua capacidade de investimentos, seja na área de logística, seja na de programas sociais. Temos neste país um dos maiores programas de transferência de renda, o Bolsa Família, cuja legislação foi aprovada por este Parlamento. Menção também uma experiência voltada para a área de saúde pública, o Sistema Único de Saúde — SUS.

Gostaríamos que os Parlamentares dos respectivos países ficassem atentos às intervenções que serão feitas nesta reunião, porque representantes dos bancos públicos brasileiros, dos bancos de desenvolvimento que têm parceria com o Brics, vão falar aqui hoje.

Shanna Nogueira Lima é Gerente de Operações do Fundo Rio Doce do BNDES, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Seja muito bem-vinda, Shanna. É um prazer estar com você aqui.

Luciana Silva Barbosa de Carvalho é Gerente-Executiva da Diretoria de Empreendedorismo de Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil.

Faço esta menção muito importante. É a primeira vez, em mais de 200 anos, que o Banco do Brasil é presidido por uma mulher.

Está aqui também uma representante da Caixa Econômica Federal, a Sra. Inês da Silva Magalhães, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, que é um banco centenário, responsável pela grande maioria das políticas públicas de transferência de renda no nosso país.

Sejam muito bem-vindas.



Divide esta Mesa comigo a Senadora Leila Barros, líder da bancada feminina no Senado Federal.

Estão conosco também nesta reunião representantes das agências de desenvolvimento. Estão sentadas ali e estão nos acompanhando.

Maira Pinto Cauchioli Rodrigues é gestora do Programa Mulheres e Negócios Internacionais, que estabelece principalmente parcerias e rodadas de negócios entre os países para que possam ser feitos termos de cooperação por meio dos quais podemos importar e exportar produtos desses países.

Juliana Muniz é Assessora da Presidência da Petrobras, que é uma das maiores empresas públicas do nosso país na área de produção de petróleo e de seus derivados.

Raissa Rossiter é consultora da área internacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — Sebrae.

Sejam muito bem-vindas.

Estão inscritas para falar as Deputadas Federais Iza Arruda, Juliana Cardoso e Célia Xakriabá.

Passo a palavra agora a Shanna Nogueira Lima, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.



**SENHORA SHANNA NOGUEIRA
LIMA**



Gerente Operacional do Fundo Rio Doce
– BNDES

Executiva do BNDES com grande atuação no apoio ao microcrédito. Em 2009 escreveu o artigo "Microcrédito como política de geração de emprego e renda" com o objetivo de apresentar os programas de microcrédito como estratégia para geração de emprego e renda e combate à pobreza, publicado na revista do Banco. No 11º Fórum Parlamentar do Brics, Shanna destacou o programa de alavancagem de startups da instituição, apoiando mais de 1000 empresas chefiadas por mulheres, destacando que a pauta central de sua gestão é o apoio aos empreendimentos femininos.

Obrigada, Deputada. Gostaria de agradecer muito o convite e cumprimentá-la.

Ao cumprimentar a Deputada Jack Rocha, eu cumprimento todas as mulheres presentes aqui.

Eu acho que é importante aproveitar este momento para reafirmar o compromisso do BNDES quanto ao apoio aos empreendimentos chefiados por mulheres. A pauta das mulheres é uma pauta transversal no BNDES. Em todas as políticas em que atua, em todos os programas criados pelo banco, essa é uma questão a receber atenção e a ser verificada.

Temos alguns programas específicos. São diversos, mas acho que vale citar alguns aqui, até para tornar mais tangíveis os nossos exemplos. Temos, por exemplo, o BNDES Periferias, que é um programa que tem oferecido financiamentos com o nosso Fundo Socioambiental. O BNDES tem um fundo socioambiental em que ele usa recursos do próprio banco, que são destinados a projetos sociais e ambientais.

No BNDES Periferias, priorizamos o público de mulheres e jovens. Já estamos na terceira edição.

Temos o BNDES Microcrédito. É importante dizer que o BNDES é muito conhecido pelo apoio aos grandes empreendimentos. De fato, é um banco muito relevante no Brasil no apoio aos grandes empreendimentos, mas a atuação do BNDES no apoio aos micro e pequenos empreendedores também é muito significativa, apesar de ser menos conhecida. O BNDES tem uma rede de bancos parceiros, da qual o Banco do Brasil e a Caixa fazem parte, em que apoiamos o Brasil inteiro, não só com microcrédito, mas também com crédito a micro e pequenas empresas. No caso do microcrédito, por exemplo, as mulheres são 60% do nosso público. Os empreendimentos financiados por mulheres representam 60%. Em 2024, mais de 50 mil empreendimentos foram apoiados por essa iniciativa.

Outro exemplo é o BNDES Garagem, por meio do qual apoiamos *startups*, priorizando *startups* chefiadas por mulheres. Mais de quatrocentas *startups* já foram apoiadas.

Quero agradecer de novo o convite e dizer que o apoio aos empreendimentos de mulheres é uma pauta central do BNDES, principalmente na gestão do Presidente Mercadante. (*Palmas.*)



**SENHORA LUCIANA SILVA
BARBOSA DE CARVALHO**



Gerente Executiva da
Diretoria de Empreendedorismo Micro e
Pequenas Empresas do Banco do Brasil

Gerente Executiva da Diretoria de Empreendedorismo Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, Luciana Silva Barbosa de Carvalho atua na formulação de estratégias e políticas voltadas ao fortalecimento dos pequenos negócios no país. Representa o Banco do Brasil como titular no Comitê Nacional para a Promoção da Cultura Exportadora (CNPCE), contribuindo para a integração de micro e pequenas empresas nas cadeias globais de valor. Sua atuação destaca-se pela promoção do acesso ao crédito, incentivo à inovação e apoio à internacionalização dos empreendimentos de menor porte.

Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas.

É uma honra estar aqui hoje, participando deste encontro estratégico e tão importante para o nosso país e para o mundo, ao lado de mulheres Parlamentares e de mulheres representantes de bancos de desenvolvimento, em especial do Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco do Brics.

Falar sobre financiamento para a inclusão das mulheres é falar não apenas sobre justiça econômica, mas também sobre inteligência financeira e desenvolvimento sustentável. E aqui trago a perspectiva de quem está atuando no coração de um banco público, o Banco do Brasil, com foco direto no fomento a micro e pequenas empresas, em que a presença feminina é crescente, mas ainda enfrenta muitas barreiras estruturais.

A verdade é que, por muito tempo, os critérios tradicionais de crédito ignoraram desigualdades históricas que marcaram o acesso

das mulheres ao sistema financeiro. Isso precisa mudar. E começa justamente com a forma como desenhamos nossos produtos, políticas e critérios de avaliação.

Nesse sentido, os bancos de investimento e desenvolvimento têm um papel fundamental, não apenas como financiadores, mas também como indutores de transformação. Precisamos de critérios que não penalizem trajetórias dificultadas por duplas ou até triplas jornadas, reconheçam a força de negócio das mulheres, incluam métricas de impacto social, racial e de gênero nos projetos financiados.

No Banco do Brasil, temos avançado nesse caminho, desenvolvendo iniciativas específicas para apoiar o empreendedorismo feminino, com linhas de crédito diferenciadas para mulheres, capacitação em gestão e educação financeira, com recorte de gênero, e direcionado para elas. Hoje, 42% das empresas clientes do BB são dirigidas e lideradas por mulheres, mas ainda é preciso ir além.

É por isso que encontros como este são tão importantes para alinhar estratégias, compartilhar boas práticas e, principalmente, selar compromissos concretos. O Novo Banco de Desenvolvimento tem hoje uma grande oportunidade de se posicionar como referência global em finanças inclusivas, mas isso exige critérios claros, metas ambiciosas e diálogos com quem está na ponta, como as mulheres empreendedoras e suas redes de apoio.

Finalizo reforçando que financiar mulheres e investir em comunidades inteiras é promover autonomia, reduzir desigualdades e impulsionar a inovação com propósito. É com essa visão que precisamos atuar, unindo o setor público, o setor privado e organismos multilaterais para transformar a equidade de gênero num critério obrigatório, e não opcional, de toda a política de financiamento ao desenvolvimento.

Contem com o Banco do Brasil.

Obrigada. *(Palmas.)*



**SENHORA INÊS DA SILVA
MAGALHÃES**

Vice-presidente de Habitação da Caixa
Econômica Federal



Possui mais de 25 anos de experiência em gestão e formulação de políticas públicas, em especial nas áreas de habitação e desenvolvimento urbano, tendo exercido funções de direção em governos municipais e federal. De 2017 a 2022 atuou como consultora sênior em projetos e programas de habitação e desenvolvimento urbano para agências internacionais, como Banco Mundial e ONU-Habitat.

Muito obrigada pelo convite. É um prazer estar aqui, principalmente porque, depois de ser Secretária Nacional de Habitação, entre 2005 e 2016, e participar de vários grupos de trabalho sobre habitação, integrados também por representantes da Índia, da África do Sul, vejo quanto essas discussões têm avançado. Eu me sinto feliz por estar aqui hoje.

A Caixa Econômica é um banco público, é o quarto maior banco do país e tem como alguns dos seus eixos prioritários não só a habitação, mas também a implementação de políticas públicas do Governo nacional. Essa peculiar capacidade de ser ao mesmo tempo um banco público e agente implementador faz com que a Caixa esteja presente em quase todos os municípios do país.

Para falar numa perspectiva de gênero, num fórum como este, é importante que a gente tenha claro que, apesar da queda, no último período, da pobreza, a pobreza no Brasil tem gênero e tem cor, ela é mulher negra e jovem. Então, essas características precisam ser consideradas nos desenhos de todas as nossas políticas públicas.

Quase metade dos nossos municípios, dos nossos domicílios é chefiada por mulheres. É por isso que a rede social no Brasil tem, nas mulheres, seu foco prioritário.

A Caixa é agente de implementação de várias dessas políticas. Acho que uma das mais importantes é o Bolsa Família, um programa de transferência de renda que tem como foco principal apoiar as mulheres, ajudar as crianças a permanecerem nas escolas. Ele também tem uma sessão direcionada à saúde.

Outro programa muito importante, do qual a Caixa é implementadora, é o Minha Casa, Minha Vida. Com esse programa, acho que nós tivemos um dos maiores avanços em termos de empoderamento feminino, pois há a obrigatoriedade de que a titulação da casa seja dada às mulheres. E ela fica com isso independentemente de uma eventual separação e de uma perda do vínculo familiar.

Acho que essas características podem nos fazer refletir que avanços são necessários para que encaremos a implementação de uma sociedade mais igual, dividindo, partilhando mais entre homens e mulheres a economia do cuidado.

Esse é um desafio para todos nós do Sul Global. *(Palmas.)*



**SENHORA MAIRA PINTO
CAUCHIOLI RODRIGUES**

Gestora do Programa Mulheres e
Negócios Internacionais



Especialista de Negócios na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Maira Pinto Cauchioli Rodrigues lidera o Programa Mulheres nos Negócios Internacionais, iniciativa voltada à inserção e fortalecimento da presença feminina no comércio exterior. Com formação em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), é mestre em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde e doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura. Atua na promoção da diversidade e inclusão nas exportações brasileiras, representando a ApexBrasil em eventos nacionais e internacionais sobre empreendedorismo feminino e desenvolvimento sustentável.

Muito obrigada, Deputada Jack e Senadora Leila, pelo convite para participar deste momento tão importante. E esse agradecimento vem em nome do Presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, e da nossa Diretora Ana Repezza, que não puderam estar aqui hoje porque estão acompanhando a missão presidencial na França.

Então, é um privilégio muito grande estar aqui neste encontro tão significativo de Mulheres Parlamentares do Brics para debater um tema de importância crucial para o desenvolvimento sustentável, inclusive das nossas nações, que é o financiamento para a inclusão das mulheres com olhar atento à perspectiva de raça e de gênero.

A ApexBrasil — Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos tem a missão de promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e de atrair investimentos estrangeiros para o Brasil. Essa missão vai muito além de números e balanços comerciais. Ela se traduz na construção de um futuro próspero, justo, com todos os

brasileiros. E isso, inegavelmente, é pela inclusão plena e equitativa de mulheres, grupos racializados na economia.

Este momento é emblemático, pois nos encontramos em um ponto de inflexão, em que a urgência de ações concretas para a equidade é mais evidente do que nunca. Então, esse painel de intercâmbio sobre financiamento e inclusão das mulheres nos convida para essa reflexão sobre as instituições financeiras.

A Apex, na sua atuação diária, observa de perto o dinamismo e o potencial das empresas brasileiras e cada vez mais o papel fundamental que as mulheres empreendedoras desempenham nesse cenário. No entanto, a gente também testemunha os desafios persistentes que essas mulheres enfrentam, especialmente no acesso a capital e financiamento.

Dados globais e nacionais são unânimes: mulheres, em particular negras e indígenas, ainda encontram barreiras significativas para obter crédito, seja pela falta de garantias, seja pelo viés inconsciente de gênero, raça na análise de risco, seja pela ausência de produtos financeiros desenhados nessas suas realidades. E ainda, em se tratando de Brasil, a gente se depara com as diversas diferenças regionais. As mulheres que estão hoje nas Regiões Norte e Nordeste também enfrentam desafios importantes.

A incorporação de crédito da equidade de gênero e raça nas políticas de financiamento não é apenas uma questão de justiça social, mas é também uma estratégia inteligente de desenvolvimento econômico.

Então, a ApexBrasil, por meio de iniciativa como o Programa Mulheres e Negócios Internacionais, está pronta para ser uma parceira ativa nessa jornada. Acreditamos que, ao empoderar economicamente mulheres e garantir equidade racial de acesso ao financiamento, estamos não apenas corrigindo uma justiça histórica, mas também liderando o potencial econômico imenso, que beneficiará a todos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



SENHORA JULIANA MUNIZ

Assessora da Presidência
da Petrobras



Assessora da Presidência da Petrobras, Juliana Muniz atua na articulação institucional da companhia, representando a empresa em reuniões estratégicas com órgãos governamentais e parlamentares.

Muito boa tarde.

Obrigada, Deputada Jack.

Eu quero saudar todas as Parlamentares e autoridades aqui presentes e agradecer, em nome da Presidente Magda, à Senadora Leila e à Deputada Jack por esta oportunidade. É uma oportunidade que nós da Petrobras temos não só de apresentar o que estamos desenvolvendo em relação a essa pauta, mas também, principalmente, de beber da fonte desse debate e, a partir do que aprendemos aqui com vocês no dia de hoje, aprofundar as nossas políticas internas e o que estamos tratando externamente com a nossa cadeia de fornecedores.

Para nós essa é uma pauta muito cara. Por isso, nós temos aspectos de diversidade tanto na cláusula de direitos da nossa política interna como também, como eu falei, na nossa relação com os nossos fornecedores. Nós temos aspectos de diversidade com os fornecedores.

Temos também metas em nosso Plano Estratégico de 2025-2029. Nessas metas nós traçamos um mínimo de 25% de mulheres em função de liderança. Nós sabemos que na Petrobras, até pela característica do trabalho que desempenhamos, ainda há uma força de trabalho majoritariamente masculina, e isso também se reflete na ocupação dos espaços de liderança. Então, a nossa meta, no nosso Plano Estratégico de 2025-2029, é ter, até o fim de 2029, 25% de mulheres e 25% de negros — gente, é o mínimo, 25% — em funções de liderança.

Nós reconhecemos a promoção da igualdade de gênero e raça em nosso Código de Conduta Ética e nas Diretrizes de Direitos Humanos

da Petrobras. Nós temos em nossa política de diversidade equidade e inclusão, que foi assinada em 2024. E também, em setembro de 2024, nós assinamos o Pacto de Diversidade, Equidade e Inclusão. Nós temos uma estrutura específica para tratar da questão da diversidade, equidade e inclusão, que fica nos nossos recursos humanos.

E aqui eu também queria destacar que nós temos uma Comissão de Direitos Humanos, que é composta por mais de quarenta gerências executivas. É um fórum em que nós discutimos tudo o que diz respeito a essa temática dentro da Petrobras.

E ele está subdividido em outros grupos e abrange todo o espaço da Petrobras. Onde há ativação da Petrobras, existe a presença desse fórum de discussão.

Em 2023 nós aprovamos o Programa de Equidade Racial, que tem ações previstas até 2027.

Temos o Programa de Mentoria Negritudes, que visa justamente acelerar e incentivar essa implementação da participação das lideranças negras nos nossos espaços de decisão.

E, no âmbito de nossas intervenções socioambientais — já estou terminando —, temos o Programa Autonomia e Renda, implementado agora, que visa capacitar mão de obra para as obras e as atividades da Petrobras. Esse programa destina parte das vagas para as mulheres, para as pessoas negras, trans e pessoas com deficiência.

Temos também o Programa Petrobras Socioambiental, que considera mulheres e pessoas negras como prioridade em suas ações.

Por fim, no âmbito das nossas relações contratuais, como eu falei no início da minha fala, todos os nossos contratos de serviço incorporaram cláusulas de direitos humanos que estabelecem a adoção de ações afirmativas para a promoção da diversidade, equidade e inclusão, preferencialmente para pessoas negras, mulheres e pessoas com deficiência.

Nesse sentido, para nós, a diversidade, a equidade e a inclusão, considerando a equidade de gênero e raça, são um valor e vêm sendo implementadas em nossa gestão, fortalecendo um corpo de lideranças mais humanizado e também a relação que a Petrobras tem com os seus fornecedores e, principalmente, com a sociedade.

Obrigada. *(Palmas.)*



SENHORA RAISSA ROSSITER

Consultora da Área Internacional
do Sebrae



Consultora da Área Internacional do Sebrae, Raissa Rossiter é socióloga pela Universidade Federal de Pernambuco, com MBA e PhD em Administração pela University of Bradford, no Reino Unido. Com mais de 27 anos de atuação no Sebrae, liderou programas nacionais de acesso a mercados, internacionalização de micro e pequenas empresas e educação empreendedora. Foi secretária-adjunta de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal e diretora nacional da ONG World Vision Brasil.

Boa tarde! Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Senadora Leila Barros e da Deputada Jack Rocha. Cumprimento todos os demais presentes. Exmas. Sras. Parlamentares, estimados convidados, convidadas e amigas, recebam nossa calorosa acolhida de boas-vindas às mulheres Parlamentares e demais autoridades dos países do Brics.

Como consultora da área internacional do Sebrae — Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e após uma longa e enriquecedora trajetória nessa instituição, tendo estado à frente da Secretaria de políticas públicas para mulheres no Distrito Federal, é com grande satisfação que me dirijo a todas e a todos para reafirmar nosso compromisso com o protagonismo feminino como força transformadora dos desafios atuais.

Testemunhamos como o empoderamento econômico das mulheres é um instrumento fundamental para a superação da violência doméstica de gênero. As mulheres empreendedoras dos países do Brics vêm demonstrando, por meio de iniciativas inovadoras, como projetos de recuperação ambiental, soluções promissoras na bioeconomia e *startups* sustentáveis, um engajamento decisivo na construção de um futuro sustentável e inclusivo.

Além disso, é importante destacar que as mulheres estão empreendendo não somente nos setores mais tradicionais da economia, mas também em áreas intensificadas de tecnologia, transformação digital e inteligência artificial. É preciso ampliar a oferta e o acesso a recursos financeiros para que possam contribuir de forma mais decisiva, gerando empregos, inclusão e soluções sustentáveis.

Gostaria de destacar, no âmbito do Brics, sob a presidência brasileira, o concurso global de startups lideradas por mulheres, que já recebeu mais de mil inscrições e é realizada em parceria com a Confederação Nacional da Indústria, responsável pelo componente empresarial do Brics no Brasil, liderado pelo Women's Business Alliance, aliança global presidida por Mônica Monteiro. Essa confluência entre o setor empresarial e o empreendedorismo feminino ilustra nossa capacidade de transformar desafios em oportunidades, promovendo soluções eficazes para enfrentar as mudanças climáticas e reduzir as desigualdades de gênero, raça e demais marcadores socioeconômicos.

Neste cenário, torna-se imprescindível ampliarmos os mecanismos de acompanhamento e transparência na gestão dos recursos que impulsionam essas iniciativas. Propomos que o New Development Bank adote indicadores de gênero e raça, permitindo a mensuração precisa dos impactos das medidas adotadas e a alocação estratégica de recursos para os empreendimentos liderados por mulheres, contribuindo para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Conclamo cada uma das Parlamentares dos países do Brics a se unirem a essa agenda transformadora, fortalecendo a visibilidade e o protagonismo feminino na política e na formulação de políticas públicas em níveis nacional e subnacional. Juntas, vamos definir um caminho de inovação, justiça social e sustentabilidade, construindo um futuro melhor para as próximas gerações.

O Sebrae reforça o seu compromisso com a maior participação das mulheres na economia. Parlamentares e líderes do Brics, contem com o SEBRAE!

Muito obrigada. *(Palmas.)*



SENHORA JULIANA CARDOSO

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento do Brasil



Deputada federal por São Paulo desde 2023, Juliana Cardoso é formada em Gestão Pública e tem origem afroindígena. Iniciou sua militância nas Comunidades Eclesiais de Base e na Pastoral da Juventude. Foi vereadora da capital paulista por quatro mandatos consecutivos (2009–2023), destacando-se na defesa dos direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, dos povos indígenas, da saúde pública e da cultura popular. Na Câmara dos Deputados, integra comissões como a da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, da Saúde e de Defesa dos Direitos da Mulher, além de atuar como vice-líder da Federação Brasil da Esperança.

Boa tarde aos Deputados e às Deputadas dos Parlamentos de todos os países! Boa tarde às nossas representantes Deputadas e Senadoras do Brasil!

Estou muito feliz de estar aqui. É muito significativo para mim — vim de uma região periférica da cidade de São Paulo, região a que as políticas públicas pouco chegavam — estar hoje sentada à mesa em diálogo com diversos outros países, para podermos pensar sobre economia, esta crise climática e ambiental e o empoderamento das nossas mulheres através da economia. Assim, com gratidão, quero reverenciar cada Parlamentar aqui presente.

Quando falamos sobre a relação entre bancos e financiamentos, vamos sempre enxergar a questão de gênero, principalmente, mas gênero em diálogo com as nossas vulnerabilidades sociais, porque as nossas vulnerabilidades como mulheres têm cor, têm raça, têm classe social. Incluem aquelas mulheres que lutam no dia a dia para poder sobreviver e vão se virando por meio de trabalhos para poder dar conta da sua casa, em especial neste século em que, cada vez mais, as mu-

lheres têm sido mães solo, cuidadoras das suas casas e da educação dos seus filhos.

A partir disso, quando falamos sobre os bancos, quando falamos sobre os financiamentos, temos que observar principalmente esses lugares em que não há política pública. Já vivemos no Brasil, em especial, a realidade das classes sociais: quanto maior a classe social, mais se tem acesso a empreendimentos ou políticas que falam sobre essa economia. As mulheres que mais precisam dessa política ficam aquém, não sabem a quem recorrer. Não sabem, muitas vezes, qual é o formato para conseguirem chegar a esse financiamento, conseguirem acesso a esse financiamento, até porque, a depender de como seja esse financiamento, será muito burocrático, e essa burocracia não cabe no lugar onde essas mulheres estão mais precisando.

E isso ocorre não só no Brasil. Eu acho importante, neste encontro, começarmos a enxergar possibilidades para que essas mulheres realmente cheguem a esse espaço de empreendimento, numa economia limpa, principalmente, numa economia de inclusão, mas olhando, em especial, esta crise climática e ambiental que temos. É necessário que coloquemos todas as pessoas sob esse olhar, mas isso só vai começar de verdade quando a nossa base, quando as nossas mulheres estiverem na linha de frente para a discussão dessas políticas.

Muito obrigada, Sra. Presidente. *(Palmas.)*



SENHORA CÉLIA XAKRIABÁ
Membro da Câmara Baixa do
Parlamento do Brasil



Deputada federal por Minas Gerais desde 2023, Célia Xakriabá é a primeira mulher indígena do estado eleita para a Câmara dos Deputados. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UNB, é ativista, educadora e integrante do povo Xakriabá. Atua na defesa dos direitos indígenas, da educação intercultural e da justiça climática, com projeção nacional e internacional.

Primeiro, quero dizer que estou muito feliz: mesmo com línguas diferentes, quando falamos de pauta das mulheres, sentimos um sorriso. E o olhar também fala! É importante quando conseguimos nos comunicar aqui com diversas mulheres.

Primeiro, lembro que, quando nós estávamos discutindo essa pauta de gênero e clima — na semana passada, discutimos bastante aqui —, nós falávamos sobre o projeto que pode devastar a questão ambiental e que seria como se fosse acabar com o Sistema Único de Saúde. E eu dizia que é muito mais grave, porque estamos tratando do único sistema de vida no planeta. Por mais que o Sistema Único de Saúde seja uma referência no mundo inteiro, e no Brasil não pode ser desmontado, ele foi feito pelas mãos dos homens, e nós não temos tempo para reconstruir outro planeta.

Aqui ouvi a Deputada Juliana Cardoso também. Quando nós falamos sobre financiamento, digo que já fui a dez COPs internacionais e sempre dizem: "Hoje vai ser discutido financiamento direto para as comunidades". Quando nós estávamos numa agenda na cooperação alemã com uma delegação de mulheres indígenas, falávamos sobre o financiamento direto a essas associações, e o Banco Mundial indagou, nessa interlocução, pensando nos países, se nós estávamos preparados tecnicamente para assumir uma gestão de recursos, com esse montante de recursos que seriam feitos de maneira burocrática. Eu levantei: "Se nós estamos preparados?! Nós fazemos gestão do recurso mais caro da humanidade, que são as florestas!"

E até brinco com a Presidenta do Banco do Brasil, a Tarciana, que é uma grande mulher e tem feito diferença nesses pequenos empreendimentos. Quando estávamos na agenda internacional da COP em Dubai, eu disse: "Nós também fazemos parte do maior banco mundial". Uma pessoa perguntou: "Ah, vocês são representantes de banco também?"

Respondi: "Sim, do maior banco de estoque de carbono". Companhia Leila, V.Exa. foi Relatora, Senadora Leila, do projeto de lei do mercado de carbono. Hoje essa iniciativa é a única maneira de o financiamento chegar direto a essas comunidades. O mercado de carbono demonstra também que proteger compensa. Neste momento, as pessoas não saberiam responder à pergunta, se fosse de prova de

vestibular: qual foi a primeira atividade econômica no Brasil? A primeira atividade econômica no Brasil foi, em 1511, a exportação de 5 mil toras de pau-brasil para Portugal. E a segunda atividade econômica foi a resina do pau-brasil, para tingir estas vestimentas aqui. A terceira atividade econômica ocorreu somente 1530 e foi a cana-de-açúcar. Mas as pessoas também não sabem da extinção do pau-brasil, que era um dos maiores sequestradores de carbono. Então, nós precisamos falar da agenda econômica do reflorestar, falar também disso como agenda econômica. E quanto a essas agendas, Deputada Jack Rocha, Presidenta, assim como a do combate e enfrentamento à violência contra as mulheres — única pauta nesta Casa que nos faz reunir, mas não unir —, é preciso urgentemente parar de tratar essas agendas como pauta polarizada e partidária; elas têm que ser tomadas como agenda humanitária. Para bem finalizar aqui, faço um pedido a V.Exa. Temos discutido nesta Casa, na nossa Comissão, outros temas, além de gênero e clima. Nós iremos instalar uma subcomissão para discutir a escala 6 por 1, pauta liderada pela Deputada Erika Hilton, mulher que tem feito esse enfrentamento. Quanto à autonomia financeira, dados já mostram que para as mulheres a autonomia tem diminuído a questão da violência. A maioria delas é refém dos estelionatos sentimentais, e este é tema de projeto de lei da Deputada Socorro Neri. Nós temos também que pensar numa economia florestal. Os povos indígenas estão discutindo a economia florestal das castanhas, dos sabores da floresta, e o aperfeiçoamento disso. Por isso é importante que o Sebrae esteja aqui. Cineastas, padeiras tradicionais, artesãs, escritoras, nós precisamos mulherizar a economia e a política, humanizar a política e a economia!

Para finalizar mesmo, Senadora Leila Barros — além de ser Senadora, V.Exa. vem do mundo do vôlei, do esporte —, eu digo que a economia sustentável, assim como o esporte, não somente ajuda a curar, mas evita adoecer, porque curar é como reflorestar: demora muito tempo. Embora não nos considerem boas artilheiras no mundo do futebol, e nós temos muitas mulheres indígenas que jogam bem, nós somos boas zagueiras. Assim como o Davi Yanomami fala que nós evitamos a queda do céu, se nós Parlamentares mulheres liderarmos esta agenda global, poderemos evitar a queda do planeta numa economia predatória. E nós estamos aqui para pensar nessa agenda de financia-

mento sustentável, que não é somente mais uma agenda econômica do mercado global: é uma pauta recivilizatória de humanidade. artesãs, escritoras, nós precisamos "mulherizar" a economia e a política, "almanizar" a política e a economia.

Vamos pensar na recivilização humana, numa economia sustentável. Muito obrigada. *(Palmas.)*



SENHORA IZA ARRUDA

Membro da Câmara Baixa do
Parlamento do Brasil



Deputada federal por Pernambuco, Iza Arruda foi eleita em 2022 pelo MDB. Tem atuação voltada à defesa dos direitos das mulheres, juventude e inclusão social.

Boa tarde. Falo como Deputada Federal nordestina, representante de uma região marcada pela resistência e pela força de seu povo, especialmente das mulheres.

A crise climática não é um futuro distante, ela já está entre nós, e seu impacto, como sabemos, é mais severo entre os mais vulneráveis. No Semiárido brasileiro, esse impacto tem rosto, tem nome e tem gênero: o rosto das mulheres conhecidas como "viúvas da seca". Essa expressão, cunhada pelo geógrafo Aziz Ab'Saber, não fala da viuvez tradicional, mas das mulheres abandonadas por maridos que migram durante os ciclos de estiagem, mulheres que ficaram para trás com seus filhos, assumindo sozinhas a gestão do lar e da agricultura de subsistência e a sobrevivência climática.

Foi com essa perspectiva que eu apresentei o Projeto de Lei nº 2.525, de 2023, que institui a Política da Convivência com a Seca Nordeste, uma política que reconhece a seca como fenômeno natural e previsível, e não como uma tragédia episódica, uma política que propõe medidas contínuas de adaptação, de regeneração da Caatinga, o

único bioma 100% brasileiro. Proteger a Caatinga é proteger o clima, é gerar renda sustentável, é fortalecer comunidades resilientes, e não há como pensar em convivência com a seca sem colocar as mulheres no centro da política pública, porque elas sempre estiveram no centro da resistência. Então, precisamos romper com o paradigma de tratar a seca como calamidade. É tempo de fortalecer o protagonismo local. Para isso, precisamos de investimento, precisamos de recursos, precisamos de investimento em ciência, precisamos conhecer, valorizar e promover tecnologias sociais que transformem vulnerabilidade em resiliência.

Senhoras e senhores, as viúvas da seca não pedem compaixão, elas exigem reconhecimento, dignidade e políticas públicas eficazes, elas são as arquitetas de um novo paradigma, onde a justiça climática se constrói com a participação de todas nós.

Que este encontro do Brics nos inspire para criar soluções conjuntas! Que daqui saiam compromissos políticos para que mais nenhuma mulher seja esquecida nas estatísticas da mudança do clima! Que a resistência das mulheres da Caatinga ecoe como exemplo global!

Muito obrigada.



Encerramento

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. Bloco/PT - ES) - Informo que daqui a pouquinho, por volta das 17h30min, vai ser oferecido um coquetel no Salão Negro e que terá lugar amanhã, a partir das 10h30min, a solenidade da abertura do 11º Fórum Parlamentar dos Brics.

Convido para fazer uso da palavra a Senadora Leila Barros, Líder da bancada feminina no Senado Federal.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - Obrigada, Deputada Jack Rocha, nossa Coordenadora da bancada feminina de Deputadas, uma liderança, uma mulher de fibra.

Foi muito bacana compartilhar com a Deputada este evento, com a Deputada e com todas as demais Senadoras e Deputadas e as nossas assessorias na Câmara e no Senado. Parabéns às nossas assessoras e aos nossos assessores por terem nos proporcionado este encontro tão importante.

Eu queria também agradecer às delegações da África do Sul, da Arábia Saudita, à nossa delegação do Brasil, às delegações da China, do Egito, dos Emirados Árabes Unidos, da Etiópia, da Índia, do Irã e da Rússia. Minhas saudações calorosas e meus agradecimentos, que expresse em nome de toda a bancada feminina do Congresso Nacional. Registro meu profundo agradecimento pela presença, pela disposição ao diálogo e pela contribuição de cada uma e de cada um que esteve conosco nesta 2ª Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics.

A diversidade de experiências que trouxeram a Brasília enriqueceu os debates e fortaleceu nossos vínculos. Acho que o mais importante foi essa conexão, esse vínculo de cooperação.

Ficou evidente, ao longo do dia, que este encontro é mais do que uma reunião esporádica, como tantas outras que nós temos durante o nosso exercício parlamentar. Na verdade, esta reunião é uma necessidade política.

As mulheres continuam sub-representadas nos espaços de decisão em todos os nossos países; por isso, proponho que institucionalizemos a Reunião de Mulheres Parlamentares nos calendários de todos os fóruns interparlamentares do Brics — e que, a partir de 2026, ela ocorra todos os anos, se possível até com caráter deliberativo, produzindo recomendações concretas para as cúpulas de Chefes de Estado e para o Fórum Parlamentar. Isso garantirá continuidade às nossas pautas e consolidará uma rede permanente de cooperação feminina. Esse é o sentido deste encontro.

Nesta oportunidade aqui em Brasília, realizamos três sessões de trabalho.

Na primeira sessão, Mulheres na era da inteligência artificial: entre a proteção de direitos e a inclusão feminina na economia digital, debatemos como a inteligência artificial pode ampliar — mas também ameaçar — os nossos direitos, os direitos de todas as mulheres. Destacamos a urgência de legislações que combatam *deepfake* não consensuais, viabilizem a qualificação de meninas em STEM e exijam transparência algorítmica para evitar os vieses de gênero.

Na segunda sessão, Fortalecendo as mulheres para enfrentar a crise climática, reconhecemos o peso desproporcional que eventos extremos — secas, enchentes e incêndios — têm sobre as mulheres e comunidades vulneráveis e pactuamos a incorporação de justiça climática em todas as políticas de mitigação e adaptação.

Por fim, na terceira, Construindo o futuro: mulheres parlamentares e a Agenda Brics 2025, citada por várias das nossas representantes aqui, alinhamos nossas prioridades ao lema da Presidência brasileira — Fortalecendo a cooperação do sul global por uma governança mais inclusiva e sustentável —, discutindo saúde global, comércio, reforma do sistema de paz e segurança, educação, saúde mental, desenvolvimento institucional, sempre sob a ótica de gênero.

Esses debates comprovaram que nós mulheres somos protagonistas das respostas aos desafios tecnológicos e climáticos do século XXI.

Sras. e Srs. Parlamentares, autoridades e demais convidados, em menos de 2 décadas, o Brics deixou de ser um acrônimo financeiro para se tornar um bloco expressivo que defende o multilateralismo, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Somos mais de 40% da população mundial, um terço do PIB global e, sobretudo, uma voz coletiva que preza pela soberania, pela Cooperação Sul-Sul e pela reforma das instâncias de governança internacional. Nesse contexto, a presença e participação efetiva das mulheres nas cúpulas e nas decisões do bloco se mostram uma necessidade deste momento mundial.

Eu quero terminar esta breve fala fazendo um convite especial. Nem todas estão aqui. Estão todas "desfusadas", todo mundo sofrendo com a diferença do fuso horário, que não é fácil. Pegaram um voo longo, e a gente sabe que o fuso horário da Europa tem 5 horas a mais, e o da Ásia, 11 horas a mais, então isso é absolutamente compreensível. O desgaste é muito grande. Mas quero agradecer e fazer um convite muito especial. De 10 a 21 de novembro, em Belém, no Pará, na Região Norte do nosso país, nós vamos sediar a COP 30. Aliás, eu vou com uma diligência, amanhã, no fim do dia, para Belém. Até falei disso aqui com a Deputada Jack. A gente tem a subcomissão da COP 30, tanto a Câmara como o Senado, e nós vamos ter uma diligência, aproveitando que amanhã é o Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho. Digo isso para quem não sabe, para aqueles que não são conectados, mas há aqueles que são conectados, como a Deputada Célia Xakriabá. Nós vamos para Belém para acompanhar todas as tratativas e todo o desenrolar do evento, que será um evento importantíssimo para o nosso país. Nós vamos ficar lá 3 dias nessa diligência. Mantenho-as todas informadas de como é que está o andamento desse evento.

Então, a Amazônia será um palco de negociações cruciais em um momento em que secas prolongadas, enchentes devastadoras e outras tragédias ambientais afetam milhares de famílias ao redor do mundo, inclusive em nossos países. A expectativa global é elevada, e só entregaremos resultados se chegarmos unidos — homens e mulheres, Parlamentos e governos —, com propostas ambiciosas de financiamento

climático, transição energética justa e, principalmente, preservação da nossa biodiversidade.

Contamos com a presença e mobilização de todas as delegações do Brics para fazer da COP 30 um marco de ação concreta, como tanto cobramos aqui hoje neste encontro.

Encerro reafirmando que a força do nosso bloco está também na força das suas mulheres.

Sigamos transformando vozes em votos, votos em leis, e leis em vida digna para quem representamos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. Bloco/PT - ES) - Passo à leitura da síntese da presidência das sessões de trabalho que ocorreram hoje, que será entregue amanhã, na abertura do 11º Fórum Parlamentar do Brics.

Agradeço à Senadora Leila Barros por essa liderança incrível. Quero dizer que a gente ainda tem muita luta neste Parlamento para garantir a reserva de cadeiras para as mulheres e fazer com que não haja nenhum retrocesso na nossa legislação eleitoral. Temos avançado muito na participação das mulheres na política, mas nós ainda podemos avançar muito mais, e as bancadas da Câmara e do Senado estão unidas nesse propósito.

A SRA. LEILA BARROS (PDT - DF) - E não é só por nós, mas pelas que estão vindo, chegando.

A SRA. PRESIDENTE (Jack Rocha. Bloco/PT - ES) - Exatamente.

A Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics realizada dia 3 de junho de 2025 em Brasília, no âmbito do 11º Fórum Parlamentar do Brics, reuniu representantes do Brasil e das delegações dos seguintes países-membros e parceiros: África do Sul, China, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Índia, Irã e Rússia.

Em um ambiente de diálogo e cooperação, as Parlamentares reafirmaram o papel estratégico das mulheres na consolidação de uma governança global mais inclusiva, democrática e sustentável. Ao longo das três sessões de trabalho, foram abordadas questões centrais para a construção de respostas conjuntas aos desafios do nosso tempo, a

partir das prioridades temáticas estabelecidas pela Presidência brasileira do Brics em 2025.

Na primeira sessão, dedicada à discussão dos impactos da inteligência artificial sobre o direito das mulheres, enfatizou-se a importância de assegurar que o desenvolvimento tecnológico não seja fonte de novas desigualdades, mas sim uma ferramenta poderosa de inclusão e empoderamento feminino em todos os níveis.

Contribuíram para o debate as Parlamentares dos Emirados Árabes Unidos, China, Índia, Irã e Brasil. As intervenções destacaram a importância dos Parlamentos na formulação de normativas internacionais que garantam que as novas formas de tecnologia respeitem os direitos humanos e, especialmente, respeitem as mulheres.

Ressaltou-se a necessidade de estabelecer mecanismos globais para prevenir a violência digital e proteger a integridade das mulheres e meninas, evitando a reprodução de desigualdades históricas.

Além disso, destacou-se a necessidade de tipificação clara de crime contra as mulheres em ambientes digitais nos ordenamentos jurídicos nacionais, além da responsabilização efetiva das plataformas digitais por meio de legislações rigorosas e políticas de transparência.

A sub-representação feminina nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) foi amplamente reconhecida como desafio central, ao lado do uso de algoritmos enviesados nos sistemas automatizados, que aprofundam as desigualdades estruturais já existentes. Houve um entendimento comum quanto à importância de ampliar políticas públicas e programas nacionais de incentivo à participação feminina nessas áreas, com destaque ao empreendedorismo digital e maior acesso das mulheres às ferramentas digitais.

Na segunda sessão, com foco no enfrentamento da crise climática a partir da perspectiva das mulheres, as Parlamentares enfatizaram os efeitos desproporcionais das mudanças climáticas sobre as populações vulnerabilizadas, além de destacarem a importância de um compromisso internacional conjunto de transformar a crise climática em uma oportunidade de renovação social e política, com as mulheres no centro da justiça ambiental. Participaram dessa sessão África do Sul, Irã, Índia, Emirados Árabes Unidos, Egito, Rússia e Brasil.

Diversas representantes salientaram que as mulheres que vivem em contextos rurais e periféricos estão entre as principais vítimas dos efeitos das mudanças climáticas, como desastres naturais, insegurança alimentar, deslocamentos forçados e perda de renda. Reiterou-se que esses impactos decorrem de desigualdades históricas e estruturais que limitam o acesso das mulheres à educação, tecnologia e poder decisório. Também se destacou a responsabilidade central dos Parla-mentos na formulação de marcos legais e na fiscalização de políticas públicas voltadas à mitigação e adaptação climática.

Diversas intervenções defenderam que legislações, planos nacionais e pactos internacionais levem em consideração as necessidades, saberes e contribuições das mulheres, incluindo ações específicas de financiamento, capacitação, acesso à terra, inovação tecnológica e participação nos espaços de decisão. Foi ressaltada a urgência de reconhecer esse protagonismo como caminho estratégico para a construção de um futuro mais justo, verde e inclusivo.

Na terceira sessão, voltada à agenda do Brics, as delegações refletiram sobre os caminhos para fortalecer a Cooperação Sul-Sul e ampliar o protagonismo das mulheres nas agendas multilaterais da saúde, comércio, governança tecnológica, paz e segurança. Participaram das discussões Índia, Rússia, Egito, Irã, África do Sul, Cuba e Brasil.

As intervenções convergiram na defesa da centralidade das mulheres na construção da Agenda Brics, entendendo que sua participação ativa deve assumir um caráter estruturante nos processos decisórios. Reiterou-se que a igualdade entre homens e mulheres é a condição indispensável para a consolidação de uma nova governança internacional, pautada pela equidade, pela justiça social e pela sustentabilidade.

Por diversas vezes, foi ressaltada a urgência de ampliar a participação feminina nos espaços de poder e decisão nacionais e internacionais. Defendeu-se a paridade nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; o enfrentamento da violência política contra a mulher; o combate à pobreza e à desigualdade econômica; o estímulo a uma educação pautada na inclusão e na equidade; e a criação de ambientes institucionais exclusivos como medidas necessárias para garantir representatividade efetiva.

As delegações também reconhecem o Brics como plataforma estratégica de intercâmbio de boas práticas legislativas e o fortalecimento da cooperação internacional por meio da criação de fóruns permanentes legislativos, práticas e diálogo em favor da igualdade. Sugeriram o desenvolvimento de alianças empresariais com mulheres, programas conjuntos, capacitação política e iniciativas legislativas voltadas à promoção de saúde integral, direitos econômicos e sociais das mulheres.

Ao final, a reunião contou com um painel extra, que teve como objetivo estreitar o diálogo entre as Parlamentares e bancos de desenvolvimento, com foco na ampliação do papel das mulheres como agentes beneficiárias dos financiamentos financiados, promovendo a inclusão da equidade e desenvolvimento sustentável dos países.

A Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics reforçou o compromisso com a atuação articulada e colaborativa entre os países do bloco, reconhecendo a força da diplomacia parlamentar das mulheres para impulsionar transformações estruturais. O conteúdo dos debates aqui apresentados será encaminhado ao 11º Fórum Parlamentar do Brics como contribuição das Parlamentares à construção de uma agenda internacional orientada pela equidade, com o compromisso de assegurar a continuidade da Reunião das Mulheres Parlamentares do Brics, ressaltando a importância da sua institucionalização como evento anual e permanente do fórum.

Essas são as considerações deste fórum, que já se torna histórico.

Declaro encerrada esta sessão. Que sigamos juntas por um mundo cada vez mais humano, justo, igualitário, construído pela mão de todas as mulheres do Brasil, do Brics e de todo o mundo!

Muito obrigada (*Palmas.*)





Declaração Final da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics

A Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, realizada em 3 de junho de 2025, em Brasília, no âmbito do 11º Fórum Parlamentar do Brics, reuniu representantes do Brasil e das delegações dos seguintes países-membros e países parceiros: África do Sul, China, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Índia, Irã e Rússia.

Em um ambiente de diálogo e cooperação, as parlamentares reafirmaram o papel estratégico das mulheres na consolidação de uma governança global mais inclusiva, democrática e sustentável. Ao longo das três sessões de trabalho, foram abordadas questões centrais para a construção de respostas conjuntas aos desafios do nosso tempo, a partir das prioridades temáticas estabelecidas pela presidência brasileira do Brics em 2025.

Na primeira sessão, dedicada à discussão dos impactos da inteligência artificial sobre os direitos das mulheres, enfatizou-se a importância de assegurar que o desenvolvimento tecnológico não seja fonte de novas desigualdades, mas sim uma ferramenta poderosa de inclusão e empoderamento feminino em todos os níveis. Contribuíram com o debate parlamentares dos Emirados Árabes Unidos, China, Índia, Irã e Brasil.

As intervenções destacaram a importância dos Paramentos na formulação de normativas internacionais que garantam que as novas tecnologias respeitem os direitos humanos, especialmente das mulhe-

res. Ressaltou-se a necessidade de estabelecer mecanismos globais para prevenir a violência digital e proteger a integridade das mulheres e meninas, evitando a reprodução de desigualdades históricas. Além disso, destacou-se a necessidade de tipificação clara de crimes contra mulheres em ambientes digitais nos ordenamentos jurídicos nacionais, além da responsabilização efetiva das plataformas digitais por meio de legislações rigorosas e políticas de transparência.

A sub-representação feminina nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) foi amplamente reconhecida como um desafio central, ao lado do uso de algoritmos enviesados nos sistemas automatizados, que aprofundam desigualdades estruturais já existentes. Houve entendimento comum quanto à importância de ampliar políticas públicas e programas nacionais de incentivo à participação feminina nessas áreas, com destaque ao empreendedorismo digital feminino e maior acesso das mulheres às ferramentas digitais.

A segunda sessão teve como foco o enfrentamento da crise climática a partir da perspectiva das mulheres. As parlamentares enfatizaram os efeitos desproporcionais das mudanças climáticas sobre populações vulnerabilizadas, além de destacarem a importância de um compromisso internacional conjunto de transformar a crise climática em uma oportunidade de renovação social e política, com as mulheres no centro da justiça ambiental. Participaram desta sessão representantes da África do Sul, Irã, Índia, Emirados Árabes Unidos, Egito, Rússia e Brasil.

Diversas representantes salientaram que mulheres que vivem em contextos rurais e periféricos estão entre as principais vítimas dos efeitos das mudanças climáticas, como desastres naturais, insegurança alimentar, deslocamentos forçados e perda de renda. Reiterou-se que esses impactos decorrem de desigualdades históricas e estruturais, que limitam o acesso das mulheres à educação, tecnologias e poder decisório.

Também se destacou a responsabilidade central dos Paramentos na formulação de marcos legais e na fiscalização das políticas públicas voltadas à mitigação e à adaptação climática. Diversas intervenções defenderam que legislações, planos nacionais e pactos internacionais levem em consideração as necessidades, saberes e contribuições das mulheres, incluindo ações específicas de financiamento, capacitação,

acesso à terra, inovação tecnológica e participação nos espaços de decisão. Foi ressaltada a urgência de reconhecer esse protagonismo como caminho estratégico para a construção de um futuro mais justo, verde e inclusivo.

Na terceira sessão, voltada à Agenda Brics 2025, as delegações refletiram sobre os caminhos para fortalecer a cooperação Sul-Sul e ampliar o protagonismo das mulheres nas agendas multilaterais de saúde, comércio, governança tecnológica, paz e segurança. Participaram da discussão parlamentares da Rússia, Índia, Egito, Irã, África do Sul, Cuba e Brasil.

As intervenções convergiram na defesa da centralidade das mulheres na construção da Agenda Brics 2025, entendendo que sua participação ativa deve assumir caráter estruturante nos processos decisórios. Reiterou-se que a igualdade entre homens e mulheres é condição indispensável para a consolidação de uma nova governança internacional pautada pela equidade, pela justiça social e pela sustentabilidade.

Por diversas vezes, foi ressaltada a urgência de ampliar a participação feminina nos espaços de poder e decisão, nacionais e internacionais. Defendeu-se a paridade nos poderes legislativo, executivo e judiciário; o enfrentamento à violência política contra a mulher; o combate à pobreza e à desigualdade econômica; o estímulo a uma educação pautada na inclusão e na equidade; e a criação de ambientes institucionais mais inclusivos como medidas necessárias para garantir representatividade efetiva.

As delegações também reconheceram o Brics como plataforma estratégica para o intercâmbio de boas práticas legislativas e o fortalecimento da cooperação internacional por meio da criação de fóruns permanentes de diálogo em favor da igualdade. Sugeriram o desenvolvimento de alianças empresariais de mulheres, programas conjuntos de capacitação política e iniciativas legislativas voltadas à promoção da saúde integral e dos direitos econômicos e sociais das mulheres.

Ao final, a Reunião contou com um painel extra que teve o objetivo de estreitar o diálogo entre parlamentares e bancos de desenvolvimento com foco na ampliação do papel das mulheres como agentes e beneficiárias dos financiamentos promovidos por essas instituições.



Por meio desse intercâmbio, buscou-se potencializar o impacto social e econômico dos projetos financiados, promovendo inclusão, equidade e desenvolvimento sustentável nos países do Brics.

A Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics 2025 reforçou o compromisso com a atuação articulada e colaborativa entre os países do bloco, reconhecendo a força da diplomacia parlamentar das mulheres para impulsionar transformações estruturais.

O conteúdo dos debates aqui apresentados será encaminhado ao 11º Fórum Parlamentar do Brics como contribuição das parlamentares à construção de uma agenda internacional orientada pela equidade, com o compromisso de assegurar a continuidade da Reunião de Mulheres Parlamentares do Brics, ressaltando a importância de sua institucionalização como evento anual permanente do Fórum.



Índice Temático

Participação política e representatividade

Participação Feminina – pp. 10, 19, 22, 43, 64, 65, 66, 67

Representação Política – pp. 19

Espaços de Poder – pp. 10, 65

Liderança das Mulheres – pp. 25

Igualdade de Gênero – pp. 8, 10, 12, 15, 29, 35, 41, 42, 43, 44, 45, 55

Mulheres Na Política – pp. 19, 39, 63

Economia e trabalho

Empreendedorismo Feminino – pp. 18, 39

Empoderamento Econômico – pp. 56

Autonomia Financeira – pp. 59

Direitos e combate à violência

Violência Política de Gênero – pp. 13, 19

Direitos das Mulheres – pp. 8, 14, 16, 45, 49, 66

Violência Digital – pp. 9, 66

Educação, cultura e comunicação

Formação Política – pp. 44

Acesso à Informação – pp. 21

Saúde, corpo e reprodução

Saúde das Mulheres – pp. 48

Acesso a Serviços de Saúde – pp. 47



Cooperação internacional e Brics

Cooperação Sul-Sul – pp. 11, 37,
62, 64, 67

Troca de Experiências – pp. 8, 19,
39

Agenda Comum – pp. 21



Índice Onomástico

A

ABDOLLAHI, Maryam – pp. 57, 59, 88

AB'SABER, Aziz – pp. 120

ALI, Nora – pp. 64, 66, 86

ARRUDA, Iza – pp. 44, 46, 103, 120

B

BARROS, Leila – pp. 26, 31, 34, 72, 74, 79, 103, 114, 119, 123, 126

BYREDDI, Shabari – pp. 40, 41, 60, 62, 84

C

CARDOSO, Juliana – pp. 103, 116, 118

CARVALHO, Luciana Silva Barbosa de – pp. 102, 106

CAVALCANTE, Devanir – pp. 84

CHEMERIS, Roza – pp. 66, 68

CRISTINA, Tereza – pp. 47, 49

D

DORINHA, Professora – pp. 77, 97

E

EUDÓCIA, Dra. – pp. 52, 72

F

FALAKNAZ, Sara – pp. 36, 37, 38, 62, 64

FANGLI, Qian – pp. 38, 39

FERNANDA, Coronel – pp. 94

G

GANTSHO, Nqabisa – pp. 54, 57

H

HILTON, Erika – pp. 119

J

Jack Rocha – pp. 31

K

KATARINA, Delegada – pp. 34, 36

L

LIMA, Shanna Nogueira – pp. 102, 103, 104

M

MACHADO, Ana Maria Mari – pp. 92

MAGALHÃES, Inês da Silva – pp. 102, 108

MAJOZI, Zandile – pp. 90

MATVIYENKO, Valentina – pp. 82

MODI, Narendra – pp. 85

MONTEIRO, Mônica – pp. 115

MUNIZ, Juliana – pp. 103, 112

N

NERI, Socorro – pp. 119

R

REPEZZA, Ana – pp. 110

ROCHA, Jack – pp. 26, 28, 31, 79, 102, 104, 114, 119, 123, 126

ROCHA, Maria Laura da – pp. 26, 31, 34

RODRIGUES, Maira Pinto Cauchioli – pp. 103, 110

ROSSITER, Raissa – pp. 101, 103, 114

S

SVYATENKO, Inna – pp. 81, 82

T

TAHERI, Mostafa – pp. 42, 44

TARCIANA – pp. 118

TONANTZIN, Dandara – pp. 78, 81

V

VIANA, Jorge – pp. 110

W

WAPICHANA, Joenia – pp. 69

X

XAKRIABÁ, Célia – pp. 71, 79, 103,
117, 125

Y

YANOMAMI, Davi – pp. 119

CRÉDITOS

NOTAS TAQUIGRÁFICAS: DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

DIRETORA: JULIANA BALDONI FIGUEIREDO

SERVIDORES:

ADRIANA PAULA FERREIRA DA SILVA
ANNA AUGUSTA CHAGAS FERREIRA
ANNA KARENINA FARAY MELO CORREIA
CLAUDIA BIANCHINI ANDRADE
CLAUDIA MARCIA PACHECO
DALMO VINICIUS COALHO BORGES
DANIEL WELLINGTON DE ARAÚJO
DENISE LÚCIA DO AMARAL
FLÁVIA TEIXEIRA DA SILVA ARAÚJO
GABRIEL RODRIGUES MADER
GILZA MARA GASPARETTO GONÇALVES
HELY CÁCIA GUEDES DE OLIVEIRA
HERCULANO FRANCISCO DOURADO
JOEL MARTINS DE SOUZA
KARLA KARINE LOPES DE CARVALHO
LUCAS LUIZ AZEVEDO DE CARVALHO
LUCIANA ROLO DE SOUZA
MARCOS CARDOSO COSTA
MÔNICA FROESE BUZOGANY
PAOLA MARA ALVES SILVEIRA
RICARDO MODESTO VIEIRA
ROSANE DELMONDEZ RIBEIRO XAVIER
ROSANE QUEIROZ GALVÃO

PREPARAÇÃO: ASSESSORIA DE QUALIDADE E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL - ASQUALI

ASSESSORA-CHEFE: FABRISIA ALMEIDA GARCIA

SERVIDORES:

ERIKA ALVES DA SILVA
MARIA ALICE MEDINA VIEIRA
ROGERIO VIANA BERNARDES